

Evidênci



Revista Científica



ISSN 2675-5300



v.2 n.1 abril/junho 2020

 **hawking**
EDITORA

Educação, Gestão, Sociologia & Filosofia

www.editorahawking.com.br

Revista Científica Evidência

v.2 n.1 abril/junho 2020

EDITORIAL: Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO E DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking

IMAGENS DE CAPA: canva.com

ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Científica Evidência está sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Científica Evidência a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Científica Evidência /Editora Hawking

- Vol 2, n.1 (2020) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2020 –
Trimestral

ISSN impresso

1. Revista Científica Evidência – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

2020 Editora Hawking

Avenida Comendador Gustavo Paiva, 3330, Mangabeiras.

Em frente ao Extra Mangabeiras e próximo ao Shopping Maceió.

Disponível em: www.editorahawking.com.br

editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Uporto, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)
Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)
<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)
Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)
Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)
Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)
Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)
Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli	
FATORES PREDITORES DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO	7
Justina Pacheco de Vasconcelos	
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli	
CONFRONTO ENTRE HOMOSSEXUALIDADE E RELIGIÃO	38
José Silva de Menezes	
Dilson Cavalcante Tenório	
Betijane Soares de Barros	
Eliane Reis Neves da Silva	
INCLUSÃO ESCOLAR: O SURDO E SUAS LIMITAÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL	46
Léa Karla Carvalho Palmeira Barros	
Flávia Barboza Ferreira	
Francyne Pedrosa da Silva	
Rubiana de Gusmão Moreno da Rocha Omena	
O TDAH E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA/PSICOPEDAGÓGICA	69
Maria José Soares Ribeiro	
Maria das Graças da Silva	
Elisangela da Silva Santos	
Silvania Marques de Almeida	



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDITORIAL

Andrea Marques Vanderlei Fregadolli¹

A Revista Científica Evidência, volume 2, trata de fatores preditores da evasão escolar no ensino básico; confronto entre homossexualidade e religião; estratégias de intervenção pedagógica/psicopedagógica no tdah e suas implicações no desenvolvimento de crianças; além da inclusão escolar do surdo e suas limitações no ensino fundamental.

Cravo (2012) acredita que os estudos referentes à evasão escolar contribuem para entender as diversas causas do problema, a fim de planejar estratégias que possam minimizá-la. Somente conhecer as causas da evasão não é suficiente; é preciso debater com frequência este assunto, com responsáveis da criança/adolescente, professores, psicopedagogos e gestores dos centros de ensino, de modo a motivar a permanência do aluno na sala de aula. Vários são os fatores que levam a evasão escolar, tais como: instalações da escola, relação professor/aluno, proposta pedagógica, bem como situação socioeconômica.

O volume 2, desta revista, trouxe o debate conflituoso entre homossexualidade e religião. Para Silva, Paiva e Parker (2013) os resultados de sua pesquisa apontam para a importância do diálogo estabelecido com as comunidades religiosas e conduzido sob a inspiração dos direitos humanos combinados aos princípios da laicidade. Atitudes, nesse sentido, podem superar desafios próprios desse diálogo, aumentando a possibilidade de interlocução. Religiões cristãs no Brasil, adeptos leigos e autoridades religiosas precisam entender que homossexuais são sujeitos de direito, devendo desqualificar a homossexualidade como pecado, reconhecendo a legitimando as experiências homossexuais, sem ignorá-las na sociedade. É preciso transpor arenas religiosas e penetrar em espaços políticos e do direito para combater a prática da castidade, que é um ponto de gatilho para o desencadeamento do transtorno mental.

O artigo que trata desta temática, nesta revista, explora as concepções de inclusão educacional, ensino regular, inclusão escolar, termos que se complementam, entendidos como

¹ Doutora em Ciências (UFAL). Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento (UFAL). Professora da graduação de Medicina e do Mestrado Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina (UFAL).

um processo de reconhecimento do direito à escolarização das pessoas portadoras de deficiência auditiva, preferencialmente no ensino regular. Para Sunde (2019) é necessário que os professores do ensino regular proporcionem situações de interação entre o aluno surdo e os demais alunos, de maneira a despertar neles a motivação. A inclusão do surdo só será possível quando forem observadas suas necessidades especiais. Cabe aos professores, alunos com ou sem deficiência compartilharem conhecimento. Sabe-se que alunos surdos possuem uma linguagem riquíssima e pode ser apresentada aos alunos ouvintes. A escola tem o papel de estabelecer uma metodologia específica que garanta sua relação, comunicação e o desenvolvimento de seus valores sociais.

Neste volume, também foi abordada pesquisa com crianças portadoras de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em fase de alfabetização. Conforme Bustamante (2017) há necessidade de implantar um acompanhamento educacional para conhecer a realidade das crianças portadoras de TDAH em fase de alfabetização, de forma a planejar intervenções interdisciplinares e programa de orientação para os pais. Para ele, os projetos pedagógicos deveriam prover oportunidades curriculares apropriadas às crianças com habilidades diferentes, de modo a possibilitar às escolas planejar um conjunto de ações adaptadas às características e às necessidades dos estudantes com TDAH.

REFERÊNCIAS

CRAVO, Ana Cristina Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil, v.5, n. 2, p. 238-250, agosto-, 2012.

BUSTAMANTE, Evanilda Nascimento de Godoi. **Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado**, v. 4, n.2 , Jul./Dez. de 2017.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; PAIVA, Vera; PARKER, Richard. Juventude religiosa e homossexualidade: desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais. **Interface: comunicação saúde educação**, v.17, n.44, p.103-17, jan./mar. 2013

SUNDE, Rosário Martinho. **Intervenção psicológica: uma estratégia para a inclusão escolar das crianças surdas**. Revista Educação Inclusiva - REIN, Campina Grande, PB, v.3, n.01, p.32-45, janeiro/junho-2019.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

FATORES PREDITORES DA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO

Justina Pacheco de Vasconcelos¹

Andrea Marques Vanderlei Fregadolli²

RESUMO

Objetivo: analisar sistematicamente as pesquisas científicas sobre os principais fatores da evasão escolar no ensino básico. **Metodologia:** trata-se de uma revisão sistemática integrativa. Nos portais DeCS e MeSH foram obtidos os seguintes descritores: student dropouts, education primary and secondary. Os descritores livres, não codificados, utilizados para compor a string de busca foram: factors, school dropouts, ensino médio e evasão escolar. As varreduras foram realizadas nas bibliotecas virtuais: BVS; Wiley; ScienceDirect; Biblioteca Virtual SciELO e Periódicos da CAPES. O período de coleta dos dados compreendeu os meses de maio e junho de 2019. Adotaram-se como critérios de inclusão: texto completo (free); publicado nos anos de 2014 a 2019; dos tipos artigo original e de revisão. Enquanto, os critérios de exclusão foram: livros; monografias; Trabalho de Conclusão de Curso; resumos, teses e dissertações; além de artigos que não contemplam a relação entre a evasão escolar e os fatores percursoros que a origina. **Resultados:** Dos 51 artigos científicos analisados, 30 obedeceram aos critérios de inclusão e foram submetidos às seis etapas da revisão integrativa, entre os quais 27 eram estudos primários e 3 eram de revisão. As categorias temáticas desenvolvidas a partir da análise dos trabalhos foram: 1- Questões socioeconômica e preconceito étnico racial como viés significativo na evasão escolar; 2 - O papel da escola e do professor com o educando, no fenômeno da evasão escolar; 3 - Estudantes usuários de droga e a tendência ao fracasso escolar; 4 - A deserção escolar das mulheres, por uma combinação de fatores da sua condição social e gênero; 5 - Cuidados com a saúde preventiva da criança e do adolescente numa perspectiva do sucesso educacional. **Conclusão:** Vários são os fatores, que observou-se, conduzir o educando para a evasão escolar, desde as questões na própria escola (instalações, relação professor/educando, proposta pedagógica), como situações relacionada diretamente com a questão socioeconômica em que o educando está inserido, que observa-se ser um fator de “peso” nesse processo, embora a evasão possa ocorrer, independente desses fatores citados.

Palavras-chave: Evasão escolar. Estudante. Ensino básico.

Submetido em fevereiro de 2020 e aceito em março de 2020.

¹ Mestranda em Ciências da Educação (Absolute Christian University).

² Doutora em Ciências (UFAL). Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento (UFAL). Professora da graduação de Medicina e do Mestrado Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina (UFAL).

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um assunto que está no cotidiano das escolas devido a dificuldade de combatê-la, é um fenômeno que tira milhares de estudantes do contexto escolar, podendo fazer destes futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho. A palavra evasão escolar surgiu, devido à desistência dos alunos matriculados que abandonavam os estudos no meio do ano letivo. Atualmente a palavra é bastante utilizada por causa do crescimento na evasão desses educandos das instituições de ensino. Para Abramovay & Castro (2003), Evasão escolar refere-se ao aluno que deixa a escola, mas com possibilidade de retorno à mesma. Já o abandono escolar ocorre quando o estudante deixa a escola em definitivo, já Rocha (1996), define como o abandono, o egresso, o fracasso, a fuga.

A evasão escolar não é um assunto recente, e sempre esteve relacionada, principalmente, em torno da pouca condição financeira do educando e a necessidade de melhor acolhimento da instituição educacional. A LDB 9394/96, em seu artigo 2º fala que a educação é um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. Sendo assim é dever do estado e da família dar condição para que a criança e o adolescente tenham acesso a educação, porém sabe-se que essa não é uma realidade para todos, não é dada condição a parte considerável do educando para permanecer dentro da instituição básica de ensino.

De um modo geral, observa-se hoje múltiplos fatores que levam a evasão escolar, neste artigo foram tratados os identificados nessa revisão sistemática integrativa, e estão compreendidos em categorias temáticas. Uma dessas categorias está ligada as questões sociais e econômica, observa-se que a condição econômica (IOANA et al., 2015), social (WINDING; ANDERSEN, 2015), racial (JESUS, 2018) entre outras, interfere diretamente no processo de escolarização dos educandos, um risco que causa prejuízo no futuro dos jovens, já que parte destes seguem para o fracasso escolar. Libâneo (2006) propõe que, os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da

formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes.

A condição do gênero feminino, principalmente numa situação socioeconômica precária, é fator considerável na evasão escolar (Silva, 2016). As mulheres, por uma combinação de fatores da sua condição social representam um índice preocupante de evasão escolar, que se dá por questões relacionadas ao gênero (ESTRADA-RUIZ, 2015), como por exemplo, a gravidez e o casamento precoce (SOUSA et al., 2018). No entanto, políticas de intervenção para permanência de jovens na escola pode prevenir a gravidez precoce, como também estimular a permanência crianças e adolescentes no estabelecimento educacional, passo importante para se chegar ao sucesso escolar (ROSENBERG et al., 2015).

A escola e o professor têm papel que pode ser determinante no fenômeno da evasão escolar, no que diz respeito a relação professor/educando, no cotidiano dos estudantes dentro do ambiente escolar. Percebe-se, que as instalações escolares e o processo de ensino aprendizagem, são fatores relevantes, que podem determinar o interesse dos estudantes em aprender e gostar de estar no ambiente de ensino (RAMÍREZ-DÍAZ; HIDALGO-SOLANO,

2018). As grandes mudanças necessárias para obter uma Educação de qualidade precisam não só de melhoria da gestão da sala de aula e do desenvolvimento de competências profissionais dos docentes, mas também da organização da escola por meio da elaboração de um projeto que aponte os compromissos que serão assumidos por todos os integrantes da comunidade escolar (SILVA; ALFON; AZEVEDO, 2010).

Outro fator que pode levar os estudantes ao fracasso escolar, é a droga. Para Kelly et al (2015), a influência do uso de variadas substâncias por estudantes, principalmente do ensino médio, e a interferência das mesmas no comportamento desses estudantes, prejudica a atuação desses no ambiente escolar. A escola precisa está preparada para lidar com esta situação, Enguita (1989) afirma que “professores e pais costumam prestar pouca atenção àquilo que não seja o conteúdo do ensino, isto é, da comunicação”. É diante de um olhar como esse que a escola deve proporcionar momentos de comunicação junto aos professores, os pais e todos demais da comunidade escolar para busca de caminhos para o enfrentamento de desafios.

Os cuidados com a saúde preventiva da criança e do adolescente, também é fator importante para evitar a evasão. Mikkonen

et al. (2018) detectaram em um estudo que mais de um quinto do abandono escolar é atribuível às condições de saúde da infância, portanto diagnósticos de transtornos mentais precoces são importantes na redução da desistência. Determinadas características do educando podem interferir no seu processo de aprendizagem, obter um diagnóstico correto sobre possíveis problemas que limitam a aprendizagem e tratá-lo cedo, é de fundamental importância para ajudar a diminuir resultado educacional adverso

MÉTODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo sistemática integrativa, que seguiu as seguintes etapas (Quadro 1): definição do tema; seleção da pergunta norteadora e escolha da estratégia de busca; descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações; escolha dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados por meio da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos, bem como a organização dos estudos pré-selecionados e a identificação dos estudos selecionados; categorização dos estudos selecionados, com a elaboração e o uso da matriz de síntese, além da análise das

(FRIED et al., 2016). Queixas somáticas e os comportamentos de saúde negativos entre meninos e meninas adolescentes afetam negativamente seus resultados educacionais mais tarde na vida (SVANSODOTTI et al., 2015).

Contudo, este artigo teve o objetivo fazer uma revisão sistemática integrativa sobre os principais fatores da evasão escolar no ensino básico, tendo como norte identificar os principais fatores precursores, determinantes, para evasão escolar na fase do ensino

informações; a formação de uma biblioteca individual e a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contempla as propostas para estudos futuros.

Quadro 1 – Detalhamento das etapas da Revisão Sistemática Integrativa.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO
1ª	Tema	Fatores percussores da evasão escolar no ensino básico
	Pergunta norteadora	Quais os principais fatores percussores, determinantes, para evasão escolar no ensino básico?
	Objetivo geral	Analisar sistematicamente as pesquisas científicas sobre os principais fatores da evasão escolar no ensino básico.
	Estratégia de busca	1. Cruzamento de descritores, quando necessário, por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação no DECS ou MESH). 3. Uso de metadados (filtros) nas bibliotecas virtuais; 4. Uso de aspas nos politermos, para que a varredura de artigos científicos contemplasse o termo exato 5. Uso de descritores em inglês para ampliar o número de artigos, exceto com a base scielo.
	Descritores estruturados no DECS e MASH e livres.	1. student dropouts (DECS 17710), (MASH D013332); 2. education primary and secondary (DECS 35173), (MASH não tem); 3. school dropouts (livre); 4. evasão escolar (livre); 5. ensino médio (livre);
	Bibliotecas Virtuais	1. BVS; 2. Wiley; 3. Scielo; 4. ScienceDirect; 5. Periódicos da CAPES.
2ª	Período de coleta dos dados	Maior e junho de 2019.
	Crítérios de inclusão	1. Texto completo (disponível/free) do tipo: artigo original e de revisão; 2. Publicação (2014-2019)
	Crítérios de exclusão	1. Artigos repetidos; 2. Artigos que não contemplam a relação entre a evasão escolar e os fatores percussores da evasão.
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (resumo, palavras-chave e título) e resultados, os quais devem conter os descritores utilizados nesse estudo.	30
4ª	Categorias obtidas com a análise dos trabalhos científicos investigados.	1 - Questões sociais e econômica como viés significativo na evasão escolar; 2 - O papel da escola e do professor com o educando, no fenômeno da evasão escolar;

		3 - Estudantes usuários de droga e a tendência ao fracasso escola; 4 - A discrição escolar das mulheres por uma combinação de fatores da sua condição social e gênero; 5 - Cuidados com a saúde preventiva da criança e do adolescente numa perspectiva do sucesso educacional
5ª	Análise, interpretação e discursão dos resultados	Ver em “Resultados e Discursão”
6ª	Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros.	Esse Artigo completo.

Fonte: autoria própria.

RESULTADOS

Tabela 1 corresponde ao quantitativo das varreduras realizadas em cinco bases de buscas.

Foram detectadas 23.878 publicações científicas nos bancos de dados, das quais 586 eram artigos científicos disponíveis após o uso dos filtros, desses foram feitos 51 downloads. Entretanto, obedeceram aos critérios de inclusão 30 artigos científicos (Quadro 2),

sendo submetidos às etapas da revisão integrativa (Quadro 1). Entre eles, 27 eram estudos primários (originais) e 3 eram de revisão (estudos secundários). Quanto ao ano de publicação, cinco estudos foram publicados no ano de 2018; quatro estudos foram publicados no ano de 2017; oito, no ano de 2016; onze, em 2015 e dois, em 2014, o que evidencia a atualidade do tema. Os artigos estavam escritos em inglês, espanhol e português

Tabela 1 – String de busca e bibliotecas virtuais consultadas.

<i>Cruzamento de descritor</i>	<i>Bases de dados</i>	<i>Total de publicações sem o filtro “Assunto principal”</i>	<i>Textos completos após aplicar filtros</i>	<i>Downloads de textos completos</i>	<i>Textos aproveitados na Revisão Sistemática Integrativa</i>
<i>student Dropouts</i>	BVS	1.985	21	4	1
	Wiley	88	2	2	2
	ScienceDirect	337	33	4	1
	Periódicos da CAPES	915	9	2	1

<i>student dropouts AND educacion primary and secondary</i>	BVS	101	13	4	3
	Wiley	6	0	0	0
	ScienceDirect	124	7	2	1
	Periódicos da CAPES	9	0	0	0
<i>school dropouts</i>	BVS	2.118	160	18	14
	Wiley	2.267	34	0	0
	ScienceDirect	4.265	192	2	0
	Periódicos da CAPES	11.593	84	2	0
<i>evasão escolar</i>	Scielo	63	27	11	6
<i>evsão escolar AND ensino médio</i>	Scielo	7	4	2	1
<i>Total</i>		23.878	586	51	30

Fonte: autoria própria.

Quadro 2 - Levantamento de publicações científicas de acordo com os critérios de inclusão.

Nº	Citação	Tema	Ano	Nível de evidencia	Objetivo do estudo	Conclusão do estudo
1	Sousa <i>et al</i>	Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez	2018	VI	Analisar os fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez no contexto de baixa renda familiar, a fim de identificar se as jovens haviam abandonado a escola antes de engravidarem ou se a gravidez foi prévia ao abandono escolar.	O abando escolar de jovens mães está fortemente associado a fatores socioeconômicos desfavoráveis, por isso são imprescindíveis políticas que incentivem a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho, favorecendo melhor renda, menor dependência financeira, menos gravidez precoce e não planejadas.
2	Estrada-Ruiz	Las jóvenes que desertan de la educación media: virajes y puntos de no retorno.	2015	VI	Conhecer os principais fatores que interferem na deserção das jovens em bacharelado em educação profissional técnica e tecnológica, bem como as condições de vulnerabilidade a que está exposta, após a deserção, neste setor da população.	Eu enfatizo fundamentalmente que as mulheres abandonam seus estudos por causa da combinação de fatores relacionados à sua condição social e gênero. Os resultados mostram as diferentes situações de vulnerabilidade a que são expostas após a deserção, que representam voltas em sua vida que são, ao mesmo tempo, pontos de não retorno de sua trajetória escolar.
3	Silva	Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações.	2016	VI	Essa pesquisa teve por objetivo caracterizar práticas relativas à educação sexual e descrever o tratamento dado às adolescentes grávidas nas instituições de ensino, bem como analisar a evasão dessas alunas, com a intenção de examinar os processos de educação sexual nas escolas.	Concluimos que os estigmas que rodeiam a gravidez na adolescência marginam a adolescente e limitam a disposição de funcionários das instituições educativas e dos governos para projetar políticas diferenciadas que facilitem a continuidade dos estudos durante a gravidez e depois do parto. O descaso ante essa problemática social é um dos facilitadores para o abandono escolar da grande maioria de adolescentes grávidas. No estudo realizado, confirmamos a exclusão escolar e social dessas adolescentes.
4	Jesus	Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros:	2018	VI	O artigo tem como objetivo refletir sobre alguns dos eficientes mecanismos de produção do fracasso escolar de jovens negros e negras, a partir dos resultados da pesquisa “A exclusão de	Ao se silenciarem acerca de discriminações raciais, de gênero, de sexualidade, etc., as instituições escolares também contribuem para a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e sub-repticiamente, na

		estereótipos, silenciamento e invisibilização.			jovens adolescentes de 15 a 17 anos cursando ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas”.	produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais.
5	Notejane <i>et al.</i>	Deserción educativa en adolescentes usuarios de los centros de salud Jardines del Hipódromo, Badano Repetto y Salvador Allend	2018	VI	Conhecer os fatores relacionados à deserção de estudantes de 12 a 19 anos de idade das policlínicas dos centros de saúde Jardines del Hipódromo, Badano Repetto e Centro Cívico Salvador Allend, entre os dias 20 de agosto e 20 de setembro de 2017.	A maioria dos adolescentes pesquisados não completou o Ciclo Básico, as principais causas de deserção referidas foram falta de interesse pessoal e repetição. A deserção de estudantes adolescentes é um problema multifatorial que requer uma abordagem interdisciplinar e trans-institucional.
6	Figueiredo e Sales	Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões.	2017	VI	Fazer uma análise qualitativa do fenômeno da evasão no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e se insere no contexto das iniciativas que visam não apenas compreender os fatores que motivam os alunos a deixarem seus cursos, bem como busca contribuir com as discussões referentes às políticas desenvolvidas para essa modalidade de educação.	Conforme demonstrado nessa pesquisa, a perda de alunos remete a aspectos que vão muito além daqueles considerados por uma análise de cunho meramente economicista. Evasão diz respeito aos prejuízos financeiros advindos da impossibilidade de manter os alunos em um determinado curso. Antes disso, porém, a temática insere-se no âmbito das discussões que nos levam a questionar o tipo de formação que vem sendo oferecida pelas escolas, sobretudo aquelas voltadas à formação do jovem trabalhador.
7	Ioana <i>et al.</i>	School dropout - a social problem in Romania.	2015	VI	Chamar a atenção para um problema social que se manifesta com uma intensidade cada vez mais forte de ano para ano na Roménia, nomeadamente o problema da evasão escolar, principalmente devido ao aprofundamento da pobreza (especialmente nas áreas rurais, mas não só)	Acreditamos que as principais causas de abandono escolar em todos os níveis de ensino em ambas as áreas de residência são o alto absentismo, dificuldades de aprendizagem, baixo desempenho escolar e baixa motivação dos alunos para as atividades escolares. Os principais desafios que um aluno com alto risco de abandonar estudos são: renda familiar a nível de subsistência, baixa escolaridade dos pais, falta de condições mínimas para estudo em casa, famílias desfeitas ou pais solteiros.

8	Sarnquist <i>et al.</i>	Evidence That Classroom-Based Behavioral Interventions Reduce Pregnancy-Related School Dropout Among Nairobi Adolescents.	2017	VI	Avaliar o efeito de intervenções comportamentais e voltadas para o empoderamento sobre a incidência de abandono escolar relacionado à gravidez entre meninas nos assentamentos informais de Nairóbi.	Os resultados sugerem que essas intervenções comportamentais reduziram significativamente o número de desistências escolares devido à gravidez. Como há estudos promissores limitados sobre intervenções comportamentais que diminuem a gravidez na adolescência em contextos de baixa renda, essa intervenção pode ser um acréscimo importante a esse kit de ferramentas
9	Lanza e Huang	Is Obesity Associated With School Dropout? Key Developmental and Ethnic Differences	2015	VI	Expandir a literatura sobre a obesidade infantil e os resultados escolares, examinando as associações entre obesidade e alta evasão escolar, incluindo o papel do início e da duração da obesidade, bem como da etnia.	O início da obesidade durante o início da adolescência aumentou o risco de abandono escolar. Adolescentes brancos eram particularmente vulneráveis. Dado que a adolescência precoce é marcada por mudanças biológicas e sociais significativas, pesquisas futuras devem procurar identificar os processos subjacentes que ligam a obesidade adolescente e a evasão escolar para diminuir o risco de abandono escolar nessa população vulnerável.
10	Navarro <i>et al.</i>	A dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar.	2016	VI	Discutir as frequentes queixas escolares apresentadas aos alunos do curso de Pedagogia, da Universidade Paulista-UNIP, situada no Município de Santana de Parnaíba, interior de São Paulo, que desenvolvem um trabalho de acompanhamento de alunos das escolas da microrregião dos municípios: Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco e Pirapora do Bom Jesus, com uma demanda de mais de 1000 solicitações de atendimento de crianças com idade entre 10 e 15 anos, com um percentual de mais de 50% que não dominam o sistema de leitura e escrita alfabética, sendo 600 do	A partir da análise realizada, concluiu-se que as escolas possuem uma força significativa na construção do fracasso e evasão escolar devido a falta de estrutura adequada e consciência dos profissionais da educação sobre a sua atuação, uma vez que, na atualidade, o educando necessita de um ambiente motivador e sedutor para que desperte o seu interesse em aprender.

					município de Itapevi, de 4º e 5º anos, do Ensino Fundamental.	
11	Theunissen <i>et al.</i>	Why Wait? Early Determinants of School Dropout in Preventive Pediatric Primary Care	2015	VI	Oferecer uma visão sobre os determinantes bio-psicossociais do abandono escolar na infância, no início e no meio da infância e adolescência. Isso contribuirá para o desenvolvimento de intervenções mais efetivas na atenção à saúde pública, com o objetivo de reduzir o abandono escolar o mais cedo possível.	Para evitar a evasão escolar, os profissionais de PPPC (Preventive Pediatric Primary Care) não devem esperar o abandono iminente, mas devem tentar identificar e atacar os fatores de risco na infância o mais cedo possível. Eles podem aconselhar os pais a entender os efeitos a longo prazo dos problemas auditivos na infância e a importância da participação em esportes na primeira infância e apoiar os pais a fortalecer fatores de proteção, como dar atenção positiva à criança e promover a auto eficácia. Além disso, uma redução importante do abandono escolar também pode ser alcançada ao se aproximar mais ativamente e ajudar os pais e jovens que se afastam dos serviços públicos de saúde.
12	Ramírez-Díaz <i>et al.</i>	Satisfacción de estudiantes de secundaria nocturna y su incidencia en el abandono escolar.	2018	VI	Analisar dimensões relacionadas com a satisfação demonstrada por estudantes do ensino médio noturno, sobre seu processo educacional, a partir da avaliação que eles têm da sua própria motivação, instalações físicas e interações que ocorrem entre estudantes e professores, especificamente nas áreas do ensino técnico profissional.	O corpo docente, como explicitado, parece ser um componente essencial que afeta a satisfação do estudante nos processos de formação e, portanto, na motivação para o estudo e sua permanência nas salas de aula. É interessante que, embora não exista uma avaliação ótima do desempenho em relação à sua gestão, o aluno permanece firme no sistema de educação formal, o que sugere que, se essa dimensão melhorasse, a evasão escolar poderia diminuir, somente em contextos de educação noturna, mas em um nível geral. Os elementos que motivam os alunos a continuar estudando podem ser vários, mas, possivelmente, estão relacionados à motivação que gera a realização de metas de treinamento para a melhoria das condições de vida.
13	Mikkonen <i>et al.</i>	The Population Impact of Childhood Health	2018	VI	Quantificar como grande parte do abandono escolar é devido a condições adversas de saúde na infância e estimar	Mais de um quinto do abandono escolar é atribuível às condições de saúde da infância. Os transtornos

		Conditions on Dropout from Upper-Secondary Education.			o risco de abandono em várias condições de saúde física e mental.	mentais precoces emergem como alvos-chave na redução da desistência.
14	Damasceno; Costa e Negreiros	Concepções de fracasso escolar: um estudo com professores das cinco regiões brasileiras.	2016	VI	Identificar as concepções de professores do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino acerca do fracasso escolar.	As concepções obtidas nesse estudo evidenciaram os conceitos naturalizantes do fracasso escolar, com significativa tendência culpabilizadora do aluno e de seus familiares, voltando-se às formas patologizantes de se compreender o aluno em experiência de escolarização, desconsiderando os percalços pedagógicos e o contexto histórico-cultural como território de produção de fracasso.
15	Kelly <i>at al.</i>	A longitudinal study of the association of adolescent polydrug use, alcohol use and high school non-completion	2015	VI	Determinar a associação longitudinal entre o uso de drogas policondensivas em meio ao adolescente e o não preenchimento do ensino médio, em relação a outros perfis de uso de drogas.	O uso de múltiplas drogas na adolescência na Austrália prediz o não preenchimento escolar subsequente após a contabilização de uma série de potenciais fatores de confusão. Adolescentes que consomem principalmente álcool também correm risco elevado de não-conclusão escolar.
16	Reingle Gonzalez <i>at al.</i>	The long-term effects of school dropout and GED attainment on substance use disorder	2016	VI	Avaliar os resultados a longo prazo do abandono escolar e obtenção de GED (Desenvolvimento da Educação Geral) nos transtornos do uso de substâncias no último ano, idade de início e situação atual do tabagismo.	Os que abandonaram o ensino médio têm maiores taxas de longo prazo de desordem por uso de maconha e fumo na idade adulta do que os graduados. A obtenção de um GED não parece ser protetora de distúrbios do uso de maconha na idade adulta
17	Winding e Andersen	Socio economic differences in school dropout among young adults: the role of social relations	2015	VI	Investigar o efeito das relações sociais sobre a associação entre a posição socioeconômica dos pais e o abandono do ensino médio em uma coorte de jovens dinamarqueses. As diferenças de gênero parecem desempenhar um papel na maneira como as medidas socioeconômicas e a saúde estão relacionadas.	O estudo confirmou um gradiente social na conclusão do ensino secundário. Apesar do fato de que as relações sociais precárias aos 15 e 18 anos estavam relacionadas ao abandono aos 21 anos, as relações sociais com familiares e amigos explicaram apenas uma pequena parte das diferenças socioeconômicas no abandono. No entanto, as relações sociais precárias com professores e colegas de classe aos 18 anos

						explicam uma parte substancial da diferença socioeconômica no abandono do ensino médio.
18	Fan e Wolters	School motivation and high school dropout: the mediating role of educational expectation	2014	VI	Examinar o papel mediador das expectativas educacionais dos alunos ao relacionar a motivação escolar dos alunos ao seu próprio estado usando um conjunto de dados representativo nacional.	Os resultados deste estudo sugerem que as explicações para o status de evasão de alunos que dependem exclusivamente do background social dos alunos e dos comportamentos escolares sem considerar sua motivação são incompletas. O estudo expande a pesquisa existente, mostrando possíveis caminhos que motivam os alunos a persistir no ensino médio. Esses caminhos são especificamente enraizados nas crenças de habilidades dos alunos e no interesse intrínseco em aprender através de suas relações com as expectativas dos alunos em relação à sua educação.
19	Gómez-Restrepo <i>et al.</i>	Deserción escolar de adolescentes a partir de un estudio de corte transversal: Encuesta Nacional de Salud Mental Colombia 2015.	2015	VI	Avaliar a relação entre as características individuais e domiciliares e o abandono escolar em adolescentes de 12 a 17 anos na Colômbia.	Estratégias para as quais o principal objetivo é prevenir o abandono escolar devem considerar as populações com maior prevalência de adolescentes fora da escola (mulheres, lares na área rural ou pobreza doméstica). Ações preventivas da gravidez na adolescência podem contribuir para reduzir a taxa de abandono escolar.
20	Naiff e Naiff	A evasão escolar nas representações sociais de professores do ensino fundamental.	2014	VI	Identificar e comparar quais as representações sociais existentes entre professores da rede municipal de ensino das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói a respeito da evasão escolar de seus alunos, uma das dimensões estruturais do fenômeno do fracasso escolar, e se estas representações seriam positivadas, negativadas ou neutras, além do provável grau de estereotipia associado a elas.	Em se tratando de um embasamento teórico utilizado nos remete ao conhecimento compartilhado no cotidiano dos grupos sociais e a pressão que esse conhecimento exerce nas práticas, não há como ignorar que as representações sociais produzidas pelos professores de ambos os grupos, podem interferir diretamente na forma em que esses indivíduos irão se comportar diante de tal fenômeno escolar.
21	Archambault <i>et al.</i>	Individual, social, and family factors associated with high	2017	VI	Avaliar as diferenças entre os alunos de primeira, segunda e terceira geração em termos dos fatores individuais, sociais e	Uma perspectiva teórica pode não ser suficiente para abordar a complexa realidade das trajetórias acadêmicas dos estudantes imigrantes. Embora

		school dropout among low-SES youth: Differential effects as a function of immigrant status.			familiares associados ao cotovelo escolar e analisar as associações diferenciadas entre esses fatores individuais, sociais e familiares e abandono do ensino médio em função do status de imigração dos estudantes.	mais pesquisas sejam necessárias antes que possamos fazer uma integração eficiente das diferentes teorias, nossos resultados sugerem que tais integrações serão necessárias para ilustrar adequadamente como diferentes fatores evoluem e trabalham juntos para os estudantes imigrantes em uma perspectiva de curso de vida.
22	Rosenberg <i>et al.</i>	Relationship between school dropout and teen pregnancy among rural South African young women.	2015	VI	Verificar a relação entre abandono escolar e gravidez na adolescência entre jovens mulheres rurais sul-africanas.	As mulheres jovens que abandonam a escola podem ter um risco maior de gravidez na adolescência e provavelmente poderiam se beneficiar do recebimento de serviços de saúde sexual acessíveis e de alta qualidade. Intervenções preventivas destinadas a manter as mulheres jovens na escola ou abordar as causas subjacentes da evasão também podem ajudar a reduzir a incidência de gravidez na adolescência.
23	Heetman <i>et al.</i>	Preventive healthcare surveillance can detect emerging behavioural problems that are related to later school dropouts.	2015	VI	Determinar se as medidas usadas na vigilância preventiva da saúde nos permitiram detectar problemas de internalização e externalização em relação a desistências escolares posteriores.	Nossos achados sugerem que os sintomas precoces da vida de problemas comportamentais emergentes, como detectados pela vigilância preventiva da saúde, estão relacionados ao abandono escolar tardio. Profissionais de saúde preventivos podem desempenhar um papel em ajudar a prevenir a evasão escolar, e este estudo sublinha que a evasão escolar é um importante problema de saúde preventiva.
24	Orpinas e Raczynski	School Climate Associated with School Dropout Among Tenth Graders.	2016	VI	Avaliar a associação entre deserção escolar em ensino médio e seis dimensões do clima escolar.	As dimensões do clima escolar em alunos do primeiro ano de ensino médio foram associados à decisão de abandonar ou ficar na escola. Estas dimensões múltiplas podem guiar aos educadores a desenvolver programas e práticas para reduzir a deserção escolar no ensino médio
25	Ingholt <i>et al</i>	How can we strengthen students' social relations in order to reduce	2015	VI	analisar as razões do abandono escolar e sua relação com o bem-estar, tabagismo e uso de substâncias.	O desenvolvimento de novos programas de intervenção pode se beneficiar da adoção de uma perspectiva teórica e metodológica que possibilite uma exploração mais próxima das práticas sociais

		school dropout? An intervention development study within four Danish vocational schools.				cotidianas nas quais as intervenções estão inseridas. Assim, objetivamos criar uma intervenção abrangente que funcionasse através de mudanças organizacionais nas práticas escolares cotidianas. Os programas de intervenção devem ser planejados em diálogo e colaboração com os profissionais da área para garantir a pertinência e a usabilidade do programa.
26	Stoner <i>et al.</i>	The effect of school attendance and school dropout on incident HIV and HSV-2 among young women in rural South Africa enrolled in HPTN 068.	2017	VI	Estimar a associação entre frequência escolar, abandono escolar e risco de infecção por HIV e vírus herpes simplex tipo 2 (HSV-2) entre mulheres jovens de na província rural Mpumalanga, Africa do Sul.	As mulheres jovens que frequentam mais os dias de escola e permanecem na escola têm um risco menor de infecção por HIV e HSV-2. Intervenções para aumentar a frequência de frequência escolar e evitar a evasão devem ser promovidas para reduzir o risco de infecção.
27	Lansford <i>et al.</i>	A Public Health Perspective on School Dropout and Adult Outcomes: A Prospective Study of Risk and Protective Factors From Age 5 to 27 Years.	2016	VI	Este estudo teve como objetivo avançar uma perspectiva de saúde pública sobre as ligações entre educação e saúde, examinando fatores de risco e de proteção que podem alterar a relação entre abandono escolar e resultados negativos subsequentes.	Abordar o abandono escolar como um problema de saúde pública tem o potencial de melhorar as vidas de desistentes e reduzir os custos sociais de abandono.
28	Orpinas <i>et al.</i>	Cigarette Smoking Trajectories From Sixth to Twelfth Grade: Associated Substance Use and High School Dropout.	2016	VI	O objetivo deste estudo longitudinal foi identificar trajetórias distintas do consumo de cigarros do sexto ao décimo segundo ano e caracterizar essas trajetórias pelo uso de outras drogas e pelo abandono escolar.	O tabagismo foi associado a problemas comportamentais e acadêmicos. Os resultados apoiam intervenções precoces e contínuas para reduzir o uso de tabaco e outras drogas e prevenir o abandono escolar.
29	Svansdottir <i>et al.</i>	Importance of physical health and	2015	VI	Avaliar em que medida a saúde física negativa e os comportamentos de saúde	A conclusão de uma educação secundária produz benefícios substanciais para a saúde física de

		health-behaviors in adolescence for risk of dropout from secondary education in young adulthood: an 8-year prospective study.			negativos dos adolescentes islandeses preveem um aumento das probabilidades de abandono do ensino secundário.	mulheres jovens, mas não para homens. É importante ressaltar que as queixas somáticas e os comportamentos de saúde negativos entre meninos e meninas adolescentes afetam negativamente seus resultados educacionais mais tarde na vida, e podem ter conseqüências generalizadas para suas perspectivas futuras.
30	Fried <i>et al.</i>	Is ADHD a Risk Factor for High School Dropout? A Controlled Study.	2016	VI	Este estudo examinou se o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) era um contribuinte independente para a retenção de notas ao ajustar o QI, os transtornos de aprendizagem e a classe social.	Os participantes com TDAH tiveram uma probabilidade significativamente maior de repetir uma série, ajustando-se a todas as outras variáveis, indicando a importância crítica da identificação precoce do TDAH para ajudar a mitigar os resultados educacionais adversos.

Fonte: autoria própria.

DISCUSSÃO

Diversos fatores ocorrem no contexto escolar que levam a falta de motivação dos educandos, e podem ter relação direta em seu processo de aprendizagem. Para Bzuneck (2009), a queda na motivação leva a um declínio no investimento pessoal para realizar as tarefas de aprendizagem com qualidade, o que impossibilita a formação de indivíduos mais competentes para exercerem a cidadania e se realizarem como pessoa. Tal fato pode contribuir para que os estudantes se empenhem cada vez menos em suas atividades escolares, e consequentemente desestimulando a sua permanência na escola.

Seguem abaixo, as categorias temáticas elaboradas a partir da revisão sistemática integrativa.

Questões sociais e econômica como viés significativo na evasão escolar

Esta categoria integrou a discussão de seis artigos relacionados com o fracasso escolar provenientes da situação socioeconômica dos educandos.

Jesus (2018) descreve que uma das consequências do uso naturalizado de estereótipos racistas, é transformar corpos ditos anormais em coisas risíveis e, potencialmente, desprezíveis. A partir das experiências narradas pelos jovens adolescentes, foi possível observar como o

estereótipo que colocado aos corpos vistos como anormais, aliados ao silenciamento acerca do racismo, interferem na autoimagem e na autoestima dos jovens, contribuindo, direta e indiretamente, para os elevados índices de reprovação e evasão observados neste grupo étnico-racial. Contudo evidenciou-se que a escola como um todo, configurava um espaço no qual a temática racial não era neutra, reforçando a compreensão de que os jovens e a própria escola eram parte da realidade social mais ampla, em que a raça tinha um significado social e estruturava as relações cotidianas.

Na Roménia, o problema da evasão escolar, principalmente devido ao aprofundamento da pobreza (especialmente nas áreas rurais, mas não só), é notório, e os principais desafios que um aluno com alto risco para o abandono são: renda familiar a nível de subsistência, baixa escolaridade dos pais, falta de condições mínimas para estudo em casa, famílias desfeitas ou pais solteiros. O sistema educativo romeno após 2000 registou um aumento nos casos de alunos que abandonam os cursos escolares mais frequentes, o que requer a identificação e implementação a nível nacional de sistemas alternativos de ação para prevenir e combater o abandono escolar precoce (IOANA *et al.*, 2015).

Archambault *et al.* (2017) analisaram 2291 estudantes, desses 54% com

antecedentes de imigrante. Preditores individuais, sociais e familiares foram auto-relatados pelos estudantes no ensino médio, enquanto o status de evasão escolar foi obtido cinco ou seis anos após a conclusão dos estudantes. Os resultados de regressões logísticas com modelos de classe latente de múltiplos grupos mostraram que alunos de primeira e segunda geração enfrentaram mais adversidades econômicas do que estudantes de terceira geração e que diferiram entre si e com seus pares nativos em termos de risco individual, social e familiar. Além disso, 40% dos fatores de risco considerados neste estudo foram associados de forma diferente com a incapacidade de alunos de primeira, segunda e terceira gerações de se formarem no ensino médio.

Winding e Andersen (2015), relatam que em geral, as relações sociais estão fortemente relacionadas a evasão no ensino médio, especialmente entre as meninas. Por exemplo, meninas de 18 anos que acham difícil lidar com conflitos familiares tiveram um risco 2,6 vezes maior de não completar o ensino médio. Os jovens de famílias de baixa posição socioeconômica tinham um risco aproximadamente três vezes maior de não concluírem o ensino médio em comparação aos jovens de famílias de alta renda, e as estimativas não mudaram muito após o ajuste para as

relações sociais com familiares ou amigos. As relações precárias com professores e colegas de classe aos 18 anos explicaram uma parte substancial da associação entre renda e abandono escolar entre meninas e meninos.

Notejane *et al* (2018) detectaram que a maioria dos adolescentes, 12 a 19 anos de idade, pesquisados não completaram o ensino médio básico, e as principais causas de evasão escolar foram a falta de interesse pessoal e a repetência por questões socioeconômica e cultural, concluíram então que o abandono de estudantes adolescentes é um problema multifatorial que requer uma abordagem interdisciplinar e interinstitucional.

Fan e Wolters (2014) sugerem com o resultado dos seus estudos, que as explicações para a condição de evasão de alunos que dependem exclusivamente do fundo social dos mesmos e dos comportamentos escolares sem considerar sua motivação são incompletas. O estudo expande a pesquisa existente, mostrando possíveis caminhos que motivam os alunos a persistir na escola. Essas vias acabam definindo fielmente as crenças de responsabilidade dos alunos e o interesse intrínseco por aprender com as expectativas dos alunos em relação à sua educação.

Observa-se, contudo, que a condição econômica, social, racial, entre outras, é

fator que interfere diretamente no processo de escolarização dos educandos, um risco que causa prejuízo no futuro dos jovens, já que parte destes, incluídos nesses fatores seguem para o fracasso escolar.

O papel da escola e do professor com o educando, no fenômeno da evasão escolar

Esta temática tratará da importância da comunidade escolar juntamente com a relação professor/educando e estrutura física da escola, no cotidiano dos estudantes dentro do ambiente escolar, sendo observado os resultados de sete artigos.

Ingholt *et al.* (2015) criaram um programa de intervenção abordando sete temas tirados na realização de uma coleta de dados qualitativos: relações sociais, foco exclusivo em habilidades profissionais, individualização institucionalizada, importância do período de introdução, ambiente físico e horários, uso de tabaco e maconha e comunicação sobre o uso de drogas. Dessa forma incorporaram sugestões visando melhorar a maneira como os professores recebem novos alunos, possibilitando maior integração de atividades sociais e educacionais e aumentando a capacidade dos professores e conselheiros de lidar com problemas de uso de drogas entre os alunos, numa perspectiva de evitar a evasão.

Orpinas e Raczynski (2016) utilizando o modelo de regressão logística,

identificaram que os principais fatores da evasão escolar, numa amostra de 638 estudantes do ensino médio, foram: relacionamento com os pares, conexão com a escola, atenção dos adultos na escola e participação na escola. Esses fatores estão associados a decisão de abandonar ou ficar na escola. Estas dimensões múltiplas podem guiar aos educadores a desenvolver programas e práticas para reduzir a deserção escolar no ensino médio.

Naiff e Naiff (2014) relatam, de acordo com o embasamento teórico utilizado, que o conhecimento compartilhado no cotidiano dos grupos sociais dos professores e a pressão que esse conhecimento exerce nas práticas escolares, que não há como ignorar que as representações sociais produzidas pelos professores, podem interferir diretamente na forma em que esses indivíduos irão se comportar diante do fenômeno da evasão escolar, nessa situação observou-se interferência negativa.

Ramírez-Díaz e Hidalgo-Solano (2018) relatam que as instalações do ambiente escolar são elementos consideráveis para satisfação de permanência na escola e que o tratamento de ensino desempenha um papel muito importante nesse aspecto. Contudo, constatou-se que um investimento na melhoria da infraestrutura e no

cumprimento dos objetivos de aprendizagem, considerados no número e cumprimento do total de aulas, são duas situações relevantes que contribuem para a satisfação com os processos de estudo e, conseqüentemente, a prevenção do abandono escolar.

Figueiredo e Salles (2017) fizeram uma análise perpassando aspectos qualitativos relacionados aos motivos de evasão, não tendo sido meta, portanto, enumerar ou classificar as razões do abandono segundo a quantidade de estudantes que as mencionaram. Os resultados apontaram causas de evasão relacionadas às seguintes categorias: lacunas na escolha do curso; fatores escolares; dificuldades pessoais; influência de amigos; oportunidades e desinteresse institucional e/ou governamental.

Navarro *et al* (2016) defendem que o apoio educacional exterior a escola, pode contribuir para diminuir o sentimento de frustração ao que faz o aluno querer desistir de aprender, no entanto é no espaço escolar que o trabalho educacional pode ter maior força, pois apoiando-se no vínculo do professor com seus alunos, reafirma que podem aprender, que podem saber mais, que podem ampliar seu potencial, sem isso, e com a falta de estrutura adequada, uma vez que na atualidade o educando necessita de um ambiente motivador e sedutor para

que desperte o seu interesse em aprender, tende-se a uma força significativa na construção do fracasso e evasão escolar.

Damasceno; Costa e Negreiros (2016) obtiveram os seguintes resultados, seguindo em ordem de maior representatividade dos discursos quanto à concepção sobre o fracasso escolar: desrespeito às singularidades dos alunos na escola, 30,24%; incapacidade do aluno, 24,7%; desinteresse do professor e do aluno e falta de acompanhamento familiar, 22,73%; e, produto de múltiplos fatores internos e externos à escola, 22,33%.

Conclui-se, de acordo com esses resultados, que as instalações escolares e a relação professor/educandos são fatores relevantes, que podem determinar o interesse dos estudantes em aprender e gostar de estar no ambiente escolar.

Estudantes usuários de droga e a tendência ao fracasso escolar

Essa temática compreende o resultado de três artigos, referente a influência do uso de variadas substâncias por estudantes, principalmente do ensino médio, e a interferência das mesmas no comportamento desses estudantes, prejudicando a atuação desses no ambiente escolar.

Orpinas *et al* (2016) identificaram que o tabagismo aumentou de 6,9% entre os alunos do sexto ano para 28,8% entre os

alunos da décima segunda série. Quatro trajetórias de desenvolvimento do tabagismo foram identificadas: usuários esporádicos (71,5% da amostra), iniciantes tardios (11,3%), experimentadores (9,0%) e usuários contínuos (8,2%). Os que relataram o não uso do tabaco, usam um número significativamente menor de álcool e outras drogas e taxas de abandono mais baixas do que os estudantes em todas as outras trajetórias, e os que relataram pouco uso de tabaco, tiveram resultados piores do que os que nunca usaram.

Kelly *et al* (2015) identificaram três classes distintas de uso de drogas, que foram - sem uso de drogas (31,7%), principalmente uso de álcool (61,8%) e policonsumo (6,5%). Os usuários de drogas policidas foram caracterizados por altas taxas de uso de álcool, tabaco e maconha. Segundo o autor no modelo completo, os usuários de álcool e policonsumo tinham menos probabilidade de concluir a escola do que os não usuários de drogas. Contudo, os autores concluíram que o uso de múltiplas drogas na adolescência prediz o não preenchimento escolar subsequente após a contabilização de uma série de potenciais fatores de confusão. Adolescentes que consomem principalmente álcool também correm risco elevado de não-conclusão escolar.

Reingle Gonzalez *et al* (2016) avaliaram os resultados a longo prazo do abandono escolar e obtenção de GED (Desenvolvimento da Educação Geral) nos transtornos do uso de substâncias. Segundo o autor os resultados multivariados sugerem que os participantes que abandonaram o ensino médio ou obtiveram um GED tinham maior probabilidade de ter um transtorno por uso de maconha no ano anterior em comparação aos graduados do ensino médio. Desistentes do ensino médio também eram mais propensos a serem fumantes atuais do que os graduados, o que levou os autores a concluir que os que abandonaram o ensino médio têm maiores taxas de longo prazo de transtorno por uso de maconha e fumo na idade adulta do que os graduados.

Avalia-se, de acordo com a revisão dos resultados desses estudos, que o tabagismo pode evoluir para o uso de outras drogas, como o álcool e diferentes tipos de substâncias, e que os educandos adeptos a essas ao tabagismo e / ou demais drogas, tem maior probabilidade de evasão ou fracasso escolar.

A deserção escolar das mulheres por uma combinação de fatores da sua condição social e gênero

Observa-se com os resultados dos sete artigos a seguir, que um índice importante da evasão escolar entre as mulheres, se dá

por questões relacionadas a gênero, como gravidez, associado a questão socioeconômica.

Estrada-Ruiz (2015) enfatiza fundamentalmente, que mesmo com reinserções de muitos jovens, parte considerável das mulheres abandonam seus estudos por causa da combinação de fatores relacionados à sua condição social e gênero. Os resultados mostram as diferentes situações de vulnerabilidade a que são expostas após a deserção, que representam voltas em sua vida que são, ao mesmo tempo, pontos de não retorno de sua trajetória escolar.

Sousa *et al* (2018) em sua pesquisa, verificaram que as jovens que trabalhavam e tiveram gravidez recorrente foram as mais propensas a abandonar os estudos. Além disso, conviver com uma renda familiar de até um salário mínimo aumentou suas chances em três vezes. O tempo em que parou de estudar se apresentou como fator de proteção. Contudo concluiu-se que o abandono escolar de jovens mães está fortemente associado a fatores socioeconômicos desfavoráveis, por isso são imprescindíveis políticas que incentivem a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho, favorecendo melhor renda, menor dependência financeira, menos gravidez precoce e não planejadas.

Rosenberg *et al* (2015) relataram, que atividade sexual pode ser menos provável de ocorrer durante os períodos de matrícula escolar devido ao ambiente estruturado e supervisionado fornecido, a educação obtida e as redes de pares mais seguras encontradas durante o período de matrícula. Contudo chegou-se a conclusão que as mulheres jovens que abandonam a escola podem ter um risco maior de gravidez na adolescência e provavelmente poderiam se beneficiar do recebimento de serviços de saúde sexual acessíveis e de alta qualidade. Intervenções preventivas destinadas a manter as mulheres jovens na escola ou abordar as causas subjacentes da evasão também podem ajudar a reduzir a incidência de gravidez na adolescência.

Silva (2016) constatou que as escolas que formaram parte deste estudo vêm desempenhando um papel fracassado na educação sexual de meninos, meninas e adolescentes, e que a transversalização da perspectiva de gênero na educação sexual não existe nesses ambientes, onde prevalece uma educação sexista que continua reproduzindo modelos de relações hegemônicos e excludentes. Contudo o descaso ante essa problemática social é um dos facilitadores para o abandono escolar da grande maioria de adolescentes grávidas, levando exclusão escolar e social dessas adolescentes.

Sarnquist *et al* (2017) avaliaram o efeito de intervenções comportamentais voltadas para o empoderamento sobre a incidência de abandono escolar relacionado à gravidez entre meninas nos assentamentos informais de Nairóbi, através de dados retrospectivos sobre a evasão escolar relacionada à gravidez de duas coortes, que foram analisados usando um desenho quase experimental de pares combinados. O desfecho primário foi a mudança no número de desistências escolares devido à gravidez de 1 ano antes a 1 ano após as intervenções. A incidência anual de abandono escolar devido à gravidez diminuiu em 46% nas escolas de intervenção, enquanto as escolas de comparação permaneceram essencialmente inalteradas

Gomez-Restrepo *et al* (2015) pesquisaram a relação entre as características individuais e domiciliares e o abandono escolar em adolescentes de 12 a 17 anos. Observou-se um maior percentual de evasão escolar em adolescentes mais velhos, no sexo feminino e naqueles que possuem filhos. Entre as características do domicílio, observou-se que as residências com mais de duas pessoas, localizadas em área rural, ou que são classificadas como pobres, apresentam um percentual maior de adolescentes que abandonaram a escola, e que ações preventivas da gravidez na

adolescência podem contribuir para reduzir a taxa de abandono escolar.

Stoner *et al* (2017) avaliaram que o risco de infecção aumentou ao longo do tempo quando as mulheres jovens envelheceram e foi maior em mulheres jovens com baixa frequência escolar em comparação com as que frequentavam mais a escola. Mulheres jovens com baixa frequência tiveram maior probabilidade de adquirir o HIV durante o período de acompanhamento do que as mulheres jovens com alta frequência. Da mesma forma, as mulheres jovens que abandonaram a escola tinham um maior risco de HIV. Contudo os autores concluíram que mulheres jovens que frequentam mais a escola e permanecem nela, tem menor risco de infecção por HIV e HSV-2, e defendem que devem ser promovidas intervenções para aumentar a frequência escolar, para reduzir o risco de infecção.

Diante do exposto observou-se que a condição do gênero feminino, principalmente numa situação socioeconômica precária, é fator considerável na evasão escolar de mulheres, no entanto políticas de intervenção para permanência de jovens na escola pode prevenir a gravidez precoce, como também estimular o sucesso escolar.

Cuidados com a saúde preventiva da criança e do adolescente numa perspectiva do sucesso educacional.

Esta temática trata de como a saúde da criança e do adolescente pode interferir no seu processo de aprendizagem, e chama a atenção para a saúde preventiva, através dos resultados da revisão sete artigos.

Heetman *et al* (2015) verificaram que jovens adultos com problemas de externalização em sua vida anterior tiveram chance 56% maior de abandono em comparação com aqueles sem problemas de externalização, quando os dados foram ajustados para sexo, socioeconômico e étnico e composição familiar. Problemas de internalização não diferiram entre os casos e controles. Desse modo sugere-se que os sintomas precoces da vida de problemas comportamentais emergentes, como detectados pela vigilância preventiva da saúde, estão relacionados ao abandono escolar tardio. Profissionais de saúde preventivos podem desempenhar um papel em ajudar a prevenir a evasão escolar, e este estudo ressalta que a evasão escolar é um importante problema de saúde preventiva.

Svansdotti *et al* (2015) num estudo prospecto de 8 anos, fizeram uma pesquisa, utilizando uma amostra que inclui 201 adolescentes, que participaram aos 15 anos, e novamente aos 23 anos. Aos 23 anos, 78% das meninas e 71% dos meninos completaram o ensino médio. A conclusão

do ensino secundário foi associada com benefícios significativos para a saúde, especialmente entre as mulheres. As mulheres sem o ensino médio tinham menor aptidão física, mais queixas somáticas, maior pressão arterial diastólica, menor participação esportiva e pior sono, enquanto os homens sem educação secundária assistiam mais a televisão. Ressaltando que as queixas somáticas e os comportamentos de saúde negativos entre meninos e meninas adolescentes afetam negativamente seus resultados educacionais mais tarde na vida.

Fried *et al* (2016) realizaram um estudo e observaram que 28% dos indivíduos com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) repetiram um grau em comparação com 7% dos controles. Entre os participantes os com TDAH, classe social e QI foram preditores significativos de abandono do ensino médio ou repetência. Um efeito de interação entre o TDAH e o gênero também foi encontrado em mulheres com TDAH com uma taxa de risco maior para reprovação em comparação com homens com TDAH. Os mesmos afirmaram que os participantes com TDAH tiveram uma probabilidade significativamente maior de repetir uma série, ajustando-se a todas as outras variáveis, indicando a importância da identificação precoce do TDAH para ajudar

a reduzir os resultados educacionais adversos.

Mikkonen *et al* (2018) obtiveram e suas pesquisas o seguinte resultado: total de 30% de abandono escolar foi atribuível a condições de saúde aos 17 anos e 21% aos 21 anos. Apenas os transtornos mentais tiveram uma fração atribuível de 11% aos 21 anos, em comparação com 5% para ambas as condições somáticas e lesões. Ajustar a presença de transtornos mentais reduziu os efeitos das condições somáticas. Mais de um quinto do abandono escolar é atribuível às condições de saúde da infância. Diagnósticos de transtornos mentais precoces são importantes na redução da desistência.

Lanza e Huang (2015) relatam que adolescentes pertencentes a uma trajetória crescente (obesidade na adolescência) apresentaram maior probabilidade de abandonar o ensino médio em comparação com aqueles pertencentes a trajetórias crônicas, decrescentes (obesidade apenas na infância) e não obesas. O início da obesidade durante o início da adolescência aumentou o risco de abandono escolar. Devido ao fato de que a adolescência precoce é marcada por mudanças biológicas e sociais significativas, pesquisas futuras devem procurar identificar os processos subjacentes que ligam a obesidade em adolescentes e a evasão escolar.

Já nessa pesquisa constatou-se que famílias monoparentais e famílias com antecedentes não-ocidentais menos frequentemente compareceram a unidade de saúde do PPC (Cuidados Primários Pediátricos Preventivos) e o menor comparecimento foi relacionado ao abandono escolar. O nascimento de um irmão na infância e auto eficácia na adolescência diminuiu as chances de abandono escolar; o comportamento de externalização, na meia infância e ausência na adolescência aumentou os riscos. Para evitar a evasão escolar, os profissionais de CPPP não devem esperar o abandono iminente, e sim, tentar identificar e atacar os fatores de risco na infância o mais cedo possível (THEUNISSEN *et al.*, 2015).

Lansford *et al* (2016) constataram que os educandos que abandonam a escola no ensino médio, tinham até quatro vezes mais chances de experimentar resultados negativos individuais e que as ligações entre esses desfechos e o abandono foram mais pronunciadas para indivíduos que estavam em famílias de baixo nível socioeconômico aos 5 anos de idade, rejeitados por colegas do ensino fundamental, e se tornaram pais em uma idade mais jovem; o efeito de abandono diminuiu para indivíduos que foram tratados por um problema comportamental, emocional ou de drogas aos 24 anos de idade. Tratar o abandono

escolar como um problema de saúde pública tem o potencial de melhorar as vidas de desistentes e reduzir os custos sociais de abandono.

De acordo com a revisão dos artigos exposto nesta temática, conclui-se que os cuidados com a saúde, especialmente a preventiva, é de fundamental importância para o bom desempenho escolar na vida do educando, para o que mesmo possa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do papel da escola e do professor com o educando, no fenômeno da evasão escolar, entende-se que se faz necessário escolas comprometidas com a transformação social e que precisam dispor de conhecimentos para repensar formas de funcionamento e proferir mais participação nas relações cotidianas da comunidade escolar (educadores, pais e educandos), considerando o contexto socioeconômico e cultural em que está inserida. Os professores nas suas atribuições, não somente no adquirir conhecimento, como também no despertar da motivação do educando, sobretudo necessita entender que está lidando com pessoas (educandos) que estão dentro de numa sociedade que exige delas atitudes concretas sociais e éticas, que por vez não estão preparadas para tanto. É dessa maneira que com uma postura de facilitador da aprendizagem que o

desenvolver suas habilidades da forma mais abrangente possível e prazerosa, proporcionando sucesso na sua vida escolar e evitando assim, um possível abandono.

Por fim, observa-se que todas as categorias temáticas citadas acima, abrange fatores importantes, que atuam diretamente, de forma negativa na vida escolar dos educandos.

profissional educador poderá trabalhar com os educandos no crescimento intelectual, pessoal e social, despertando o pensamento crítico, incentivando-os cada vez mais. As questões socioeconômica e de preconceito étnico racial, de acordo com essa revisão, são viés bastante significativos no processo da evasão escolar, como foi visto, o aprofundamento da pobreza, a falta de escolarização dos pais e a necessidade de entrar cedo no mercado de trabalho atinge diretamente a motivação dos estudantes, como também o racismo, no que concerne a falta de autoestima. Estudantes usuários de droga, também é um desafio para escola, e a falta de preparo desta em lhe dá com a situação leva a evasão escolar. Outra parte significativa da evasão escolar ocorre especificamente entre as mulheres, e se dá por uma combinação de fatores da sua condição social e de gênero, como gravidez precoce, levando essas adolescentes inclusive para o fracasso na escola, porém

políticas de incentivo de permanência de adolescente na escola, segundo este estudo, contribui para prevenção da gravidez e outros fatores relacionados ao gênero. Situação também bastante relevante para evasão escolar é a questão dos cuidados com a saúde preventiva da criança e do adolescente, conhecer suas limitações, entraves ou dificuldades, e até habilidade do educando de forma precoce, entendeu-se fundamental, numa perspectiva do sucesso na vida escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. & Castro, M. G. (2003). *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília: MEC.

ARCHAMBAULT, Isabelle; Janosz, Michel; Dupéré, Véronique; Brault, Marie-Christine; Mc Andrew, Marie. Individual, social, and family factors associated with high school dropout among low-SES youth: Differential effects as a function of immigrant status. *British Journal of Educational Psychology*, v. 87, n. 3, 2017. Disponível em : <<https://www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/bjep.12159>>. Acesso em: 12 de out. 2018.

BZUNECK, J. A. (2009). A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In E. Boruchovitch & J. A. Bzuneck (Orgs.). *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea* (p.9-36). Petrópolis: Vozes.

DAMASCENO, Monica de Araújo; Costa, Tatiane dos Santos; Negreiros, Fauston. Concepções de fracasso escolar: um estudo com professores das cinco regiões

Por fim, verificou-se que a evasão escolar se dá por múltiplos fatores, e que identificá-los é um processo difícil, mas importante para que se possa combatê-la. Parte desses fatores ocorre na escola (instalações, proposta pedagógica, relação professor/educando), outras causas está diretamente relacionada com a situação socio econômica em que os educandos estão inseridos, mas, identificou-se que a evasão pode ocorrer independente dessas situações, como por exemplo, o mau relacionamento dos educandos com seus pais.

brasileiras. *Rev. psicol*; 7(2): 8-21, jul.-dez. 2016. Artigo em Português | Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos | ID: psi-71389 Disponível em :<<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-71389>>_Acesso em: 04 de nov. 2018

ENGUITA, M. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESTRADA-RUIZ, Marcos Jacobo. Las jóvenes que desertan de la educación media: virajes y puntos de no retorno. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv*, Manizales, v. 13, n. 2, p. 995-1008, July 2015. Disponível em : <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2015000200032&lng=en&nrm=iso>. access on 30 May 2019. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.13231190214>.

FAN, Weihua; Wolters, Christopher A. School motivation and high school dropout: the mediating role of educational expectation *Br J Educ Psychol*; 84(Pt 1): 22-39, 2014 Mar.

24547752<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-24547752>.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, Apr. 2017 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200356&lng=en&nrm=iso>. access on 29 May 2019. Epub Apr 27, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500397>.

FRIED, Ronna; Petty, Carter; Faraone, Stephen V; Hyder, Laran L; Day, Helen; Biederman, Joseph. Is ADHD a Risk Factor for High School Dropout? A Controlled Study. *J Atten Disord*; 20(5): 383-9, 2016 May. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-23382575>> Acesso em: 09 de mar 2019.

GÓMEZ-RESTREPO, Carlos; Padilla Muñoz, Andrea; Rincón, Carlos Javier. Deserción escolar de adolescentes a partir de un estudio de corte transversal: Encuesta Nacional de Salud Mental Colombia 2015. / [A Cross-sectional Study of School dropout in adolescents: National Mental Health Survey Colombia 2015]. *Rev Colomb Psiquiatr*; 45 Suppl 1: 105-112, 2016 Dec. Artigo em Espanhol | MEDLINE | ID: mdl-27993244

HEETMAN, Ingeborg; Bosma, Hans; Kuiper, Gérard; Feron, Frans. Preventive healthcare surveillance can detect emerging behavioural problems that are related to later school dropouts. *Acta Paediatr*; 104(1): e 27-31, 2015 Jan. <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25348862>>

INGHOLT, Liselotte; Sørensen, Betina Bang; Andersen, Susan; Zinckernagel,

Line; Friis-Holmberg, Teresa; Frank, Vibeke Asmussen; Stock, Christiane; Tjørnhøj-Thomsen, Tine. How can we strengthen students' social relations in order to reduce school dropout? An intervention development study within four Danish vocational schools. Rod, Morten Hulvej. *BMC Public Health*; 15: 502, 2015 Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25997429>> Acesso em: 23 de jun 2018.

IOANA, Merce Iuliana; ANDA, Milin Ioana; COMELIA, Petroman; MARIANA, Ciolac Ramona. *School Dropout – A Social Problem in Romania. Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 182, 13 May 2015, p. 623-628. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815030700>> Acesso em: 04 de dez 2018.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. MECANISMOS EFICIENTES NA PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR DE JOVENS NEGROS: ESTEREÓTIPOS, SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO. *Educ. rev. Belo Horizonte*, v. 34, e167901, 2018. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>

LANZA, H Isabella; Huang, David Y C. Is Obesity Associated With School Dropout? Key Developmental and Ethnic Differences. *J Sch Health*; 85(10): 663-70, 2015 Oct. Artigo em Inglês | MEDLINE | ID: mdl-26331748. Disponível em: <<https://www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/josh.12295>> acesso em 05 de nov 2018.

LANSFORD, Jennifer E; Dodge, Kenneth A; Pettit, Gregory S; Bates, John E. A Public Health Perspective on School Dropout and Adult Outcomes: A

Prospective Study of Risk and Protective Factors From Age 5 to 27 Years.

J Adolesc Health; 58(6): 652-8, 2016 06.

Artigo em Inglês | MEDLINE | ID: mdl-27009741

<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-27009741>

LIBÂNEO, J.C. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIKKONEN, Janne; Heta Moustgaard; Hanna Remes; Pekka Martikainen The Population Impact of Childhood Health Conditions on Dropout from Upper-Secondary Education. *The Journal of Pediatrics*. Volume 196, May 2018, Pages 283-290.e 4. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022347618300581>> Acesso em: 04 de dez 2018.

KELLY, Adrian B; Evans-Whipp, Tracy J; Smith, Rachel; Chan, Gary C K; Toumbourou, John W; Patton, George C; Hemphill, Sheryl A; Hall, Wayne D; Catalano, Richard F. A longitudinal study of the association of adolescent polydrug use, alcohol use and high school non-completion. *Addiction*; 110(4): 627-35, 2015 Apr.

NAVARRO, Lisienne; Gervai, Solangei; Nakayama, Antônia; Prado, Alice da S. A dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar. *Journal of Research in Special Educational Needs* v. 16 Number s1 2016 46-50 doi: 10.1111/1471-3802.12267

NAIFF, Luciene Alves Miguez; Naiff, Denis Giovanni Monteiro. A evasão escolar nas representações sociais de professores do ensino fundamental. *Psicol. argum*; 32(78): 79-88, jul.-set. 2014. Ilus Artigo em Português | LILACS | ID: lil-754618. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-754618>> Acesso em: 15 de mar. 2019.

<<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-754618>> Acesso em: 15 de mar. 2019.

NOTEJANE, Martín *et al.* Deserção educacional em adolescentes usuários dos centros de saúde Jardines del Hipódromo, Badano Repetto e Salvador Allende. *Arch.Pediatr. Urug. Montevideu*,v.89, n. 5, p. 320-328, out. 2018 Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-12492018000600320&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 30 de maio de 2019.

ORPINAS, Pamela; Raczynski, Katherine. School Climate Associated with School Dropout Among Tenth Graders *Pensam. psicol*; 14(1): 9-20, ene.-jun. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-779585>> Acesso em 26 de ago. 2018.

Presidência da República. Casa Civil-Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº9.934*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 24 de set. 2018.

RAMIREZ-DIAZ, José Laurian; HIDALGO-SOLANO, Fiorella. Satisfacción de estudiantes de secundaria nocturna y su incidencia en el abandono escolar. *Revista Eletrônica Educare*, Heredia, v. 22, n. 1, p. 287-300, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-42582018000100287&lng=en&nrm=iso>. accesson 30 May 2019

ROSENBERG, Molly; Pettifor, Audrey; Miller, William C; Thirumurthy, Harsha; Emch, Michael; Afolabi, Sulaimon A; Kahn, Kathleen; Collinson, Mark; Relationship between school dropout and teen pregnancy among rural South African young women. Tollman,

Stephen. *Int J Epidemiol*; 44(3): 928-36, 2015 Jun. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25716986>> Acesso em 17 de jun. 2019.

REINGLE GONZALEZ, Jennifer M; Salas-Wright, Christopher P; Connell, Nadine M; Jetelina, Katelyn K; Clipper, Stephen J; Businelle, Michael S. The long-term effects of school dropout and GED attainment on substance use disorders. *Drug Alcohol Depend*; 158: 60-6, 2016 Jan 01. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-26613838>> Acesso em 14 de jan. 2019.

SOUSA, Carolina Rodrigues de Oliveira *et al.* Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-169, Jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000200160&lng=en&nrm=iso>. access em: 15 Jun. 2019.

SILVA, Arnaldo Memezes da; ALFON, Alexandre Pereira; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. *Gestão democrática: o uso do projeto político pedagógico como instrumento norteador na gestão das escolas estaduais da coordenadoria distrital em Manaus*. Ver Agapó - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Vol. 4, Nº 1, 2010.

SILVA, Denise Regina Quaresma da. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. *Rev. estud. soc.*, Bogotá, n. 57, p. 78-88, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 June 2019

STONER, Marie C D; Pettifor, Audrey; Edwards, Jessie K; Aiello, Allison E; Halpern, Carolyn T; Julien, Aimée; Selin, Amanda; Twine, Rhian; Hughes, James P; Wang, Jing; Agyei, Yaw; Gomez-Olive, F Xavier; Wagner, Ryan G; MacPhail, Catherine; Kahn, Kathleen. The effect of school attendance and school dropout on incident HIV and HSV-2 among young women in rural South Africa enrolled *In HPTN 068*. *AIDS*; 31(15): 2127-2134, 2017 09 24. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-28692544>> Acesso em: 02 de mai. 2019.

Stock, Christiane; Tjørnhøj-Thomsen, Tine; How can we strengthen students' social relations in order to reduce school dropout? An intervention development study within four Danish vocational schools. Rod, Morten Hulvej. *BMC Public Health*; 15: 502, 2015 May 22. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25997429>> Acesso em: 23 de jun. 2019.

SVANSDOTTIR, Erla; Arngrimsson, Sigurbjorn A; Sveinsson, Thorarinn; Johannsson, Erlingur. Importance of physical health and health-behaviors in adolescence for risk of dropout from secondary education in young adulthood: an 8-year prospective study. *Int J Equity Health*; 14: 140, 2015 Nov 24. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-2659771>> Acesso em: 18 de mai. 2019.

SARNQUIST, Clea; Sinclair, Jake; Omondi Mboya, Benjamin; Langat, Nickson; Paiva, Lee; Halpern-Felsher, Bonnie; Golden, Neville H; Maldonado, Yvonne A; Baiocchi, Michael T. Evidence That Classroom-Based Behavioral Interventions Reduce Pregnancy-Related

School Dropout Among Nairobi Adolescents. *Health Educ Behav*; 44(2): 297-303, 2017 04. Disponível em <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-27486178>> Acesso em: 28 de abr. 2019

WINDING, Trine Nohr; Andersen, Johan Hviid. Socioeconomic differences in school dropout among young adults: the role of social relations *BMC Public Health*; 15: 1054, 2015 Oct 15. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-26472312>> Acesso em: mai. 2019.

e/pt/mdl-26472312> Acesso em: mai. 2019.

THEUNISSEN, Marie-José ; Bosma, Hans ; Verdonk, Petra ; Feron, Frans Federici, Stefano (editor) Why Wait? Early Determinants of School Dropout *In. Preventive Pediatric Primary Care PLoS ONE*, 2015, Vol.10(11) Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4640597/>> Acesso em: 06 de fev. 2019.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

CONFRONTO ENTRE HOMOSSEXUALIDADE E RELIGIÃO

José Silva de Menezes¹

Dilson Cavalcante Tenório²

Betijane Soares de Barros³

Eliane Reis Neves da Silva⁴

RESUMO

Este trabalho, propõe fazer um relato do ponto de vista da Igreja Católica sobre o homossexualismo. Sabe-se que por muito tempo a igreja construiu um pensamento fundamentado na bíblia a respeito da homossexualidade. Atualmente a homossexualidade tem sido pauta de diversos discursos religiosos, sobretudo cristãos, transpondo as arenas religiosas e penetrando em espaços políticos e do direito. Esse pensamento firmado pelo catecismo e por alguns pensadores católicos é que o ato sexual entre duas pessoas do mesmo sexo é pecaminoso e que deve ser detido com a prática da castidade, pois sexo é para procriação e se não for com essa finalidade é pecado. Os conceitos, no mundo, mudaram. Porém a igreja continua fechada a essa questão mesmo com o pouco de abertura ao debate.

Palavras-chave: Sexualidade. Homossexualidade. Religião.

Submetido em março de 2020 e aceito em maio de 2020.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University.

² Doutorando em Ciências da Saúde pela Absoulute Christian University. Graduado em odontologia pela faculdade de odontologia de caruaru; pós-graduado em gestão de programas da saúde da família.

³ Possui graduação em Biologia (ciências) pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde AESA/CESA (2001), mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2010), doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação do Paraná (2015) e doutorado em Ciências da Saúde pela Absoulute Christian University (2018).

⁴ Bacharel e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1983) e Especialista em Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

Homossexualidade é uma conduta que se manifesta na prática do relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo. Essa palavra foi utilizada pela primeira vez em 1869 pelo escritor Benkert, para demonstrar que as pessoas que seguiam essa conduta constituíam um terceiro sexo. (ZELDIN, 1997)

A Medicina e a Psicologia gradativamente reconheceram que a homossexualidade não constitui uma doença, mas uma orientação sexual que não pode ser modificada ou tratada. Assim, o Conselho Federal de Medicina, em 1985, removeu o “homossexualismo” da classificação de doenças (Ministério da Saúde, 2002).

Na década de 1990 a homossexualidade também é retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu, a partir de uma resolução, que psicólogos realizem psicoterapias que possuam como objetivo a “cura da homossexualidade” (Resolução CFP nº 001/99).

Machado, Piccolo, Zucco e Neto (2011) comentam que nas últimas quatro décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de tendências, a princípio paradoxais, envolvendo importantes esferas das sociedades ocidentais: a religiosa, a

jurídica e a política. Houve uma ampliação do debate internacional sobre as múltiplas expressões da sexualidade humana, as quais contribuíram para estabelecer os direitos dos homossexuais e lésbicas de estabelecerem uniões civis, adotar crianças e usufruir dos benefícios previdenciários de seus parceiros. Os transexuais também foram beneficiados, com autorização para realizarem cirurgias de readequação do sexo em diferentes configurações nacionais.

Estudos realizados demonstram que diante da modernização das sociedades e as complexidades que esta acarreta, têm-se enfrentado diversos desafios que conduzam a harmonização de interesses. Esses, em muitos casos, são distintos e anseiam por medidas que possam equilibrar direitos fundamentais a todos, como o de liberdade. Diante disso, apresenta-se como um dos maiores desafios à sociedade contemporânea, a possibilidade de uma convivência harmônica entre grupos religiosos e a população declarada homossexual (BOTELHO, 2012).

Henning-Geronasso e Moré (2015), comenta que é importante considerar a percepção da homossexualidade dentro do âmbito religioso, uma vez que as dimensões da religiosidade e da espiritualidade acompanham o ser humano ao longo da história. Sua influência alcança as relações interpessoais, o âmbito sociocultural e o

intrapésquico do indivíduo por meio de crenças, valores, emoções e comportamentos.

Para Silva, Paiva e Parker (2013) as religiões podem influenciar seus participantes, pois fornecem princípios para a socialização, organização da sociedade e indicações para a vida cotidiana.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa, com análise de conteúdo de livros e documentos adquiridos em bibliotecas físicas e virtuais. As

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relacionamento entre a homossexualidade e a religião varia de maneira enorme durante tempos e lugares. Nem todas as religiões reprovam explicitamente a homossexualidade; algumas meramente omitem considerações a respeito. A Igreja e os pastores em busca de uma nova ética sexual. Mas, ao mesmo tempo, se veem presos a certas amarras que os impedem de lidar de forma mais desimpedida com a nova mentalidade existente a esse respeito. Seguem, abaixo, a discussão das categorias temáticas desenvolvidas nesse estudo.

A ideologia veiculada pelas religiões, como as católicas, as evangélicas, protestantes, islâmicas, conserva um conflito não resolvido com a questão da sexualidade. Isso porque vem para desempenhar um papel regulador dos comportamentos e não o de esclarecer sobre os dogmas das religiões.

categorias temáticas desenvolvidas após análise dos conteúdos foram: homossexualismo e religião: um longo caminho de mudança de postura; posição da igreja católica frente ao homossexualismo; a bíblia e o homossexualismo.

Homossexualismo e religião: um longo caminho de mudança de postura

Silva e Dorigon (2008) afirmam que a religião tem para os seres humanos uma importância significativa. Seja qual for a crença, não podemos ignorar que ela tem exercido forte influência sobre o comportamento e conseqüentemente, sobre a sexualidade humana. É de grande utilidade ter noções sobre a sexualidade na visão da religião numa perspectiva histórica, de forma a facilitar o conhecimento em relação a seus valores, problemas, medos, conflitos, entre outros.

Pereira (1981) diz que ao longo da história, o amor e o sexo entre homossexuais (especialmente homens) eram tolerados e também instituídos em

rituais religiosos da Babilônia e Canaã, além de serem enaltecidos na religião da Grécia antiga; historiadores confirmam que há indícios de que os exércitos de Tebas e de Esparta possuíam unidades formadas por pares de amantes homossexuais, que às vezes oficiavam sacrifícios a Eros, Deus do amor, antes de se engajarem em combate. Além disso, a mitologia grega é rica fonte de histórias de amor e sexo entre figuras do mesmo sexo.

Conforme Farley (2008), a sexualidade engloba tudo que é pertinente ao sexual:

“Os desejos, os amores, sentimentos, emoções, as atividades e os relacionamentos. Como tal, a sexualidade apresenta dimensões físicas, psicológicas, emocionais, intelectuais, espirituais e sociais”, por isso a experiência do sexo não pode ser limitada por barreiras construídas culturalmente de gênero, pois o sexo envolve “amor, desejo, diálogo, comunicação e abertura ao outro na intimidade dos seus corpos e à sua transcendência mais profunda direcionada a um encontro com Deus”.

Os autores ainda confirmam que a sexualidade desperta interesse às religiões e é um ponto importante de preocupações éticas discutidas pelos teólogos. Além disso, a religião tem sido no decorrer da história, um fator determinante sobre a sexualidade humana, ora impondo regras rígidas, em outros momentos procurando orientar o ser humano nessa dimensão tão

importante da vida (SILVA, DORIGON, 2008).

Segundo Pereira (1981) a posição oficial da Igreja quanto a homossexualidade racionalizou-se com os escritos de Santo Agostinho, para quem os órgãos reprodutivos tinham a finalidade natural de procriação e em nenhuma hipótese poderiam ser usadas para outra forma de prazer, sendo a homossexualidade, segundo ele, uma perversão da mesma categoria que seria a masturbação, o coito anal, o coito oral e a zoofilia.

Rodrigues (2018) diz que:

“enquanto a sexualidade se encontrar definida por elementos biológicos e presa ao ato genital e ao corpo, dificilmente encontraremos subsídios para mudanças na visão religiosa da homossexualidade. A sexualidade permeia todas as esferas da vida do ser humano, e se entrelaça com o contexto cultural e social. A tentativa de regular a sexualidade e o corpo do ser humano envolve o controle de todas as dimensões da sua vida.”

Nos povos antigos a homossexualidade era encarada com normalidade, talvez até mais do que isso, pois representava uma evolução da sexualidade. A homossexualidade estava presente tanto na Grécia, quanto no Império Romano e recebia o nome de pederastia. Termo esse utilizado para designar o relacionamento erótico entre um homem e um menino. (SOUZA, 2001)

Pereira (1981) afirma que os antigos judeus, no entanto, perseguiram

homossexuais e com a expansão do cristianismo, continuaram outras perseguições a práticas homossexuais. Quando o cristianismo se oficializou no Império Romano com a ascensão de Constantino, historiadores escrevem que a homossexualidade era uma ameaça institucional; uma das razões dessas perseguições antigas seria o da condição de sobrevivência e expansão por meio da defesa da procriação através da família.

A religião em relação à sexualidade tem sido um instrumento ideológico e político-social, de forma que tem orientado os indivíduos para uma moral, na maioria das vezes, negando sua sexualidade (SILVA, 2015).

Posição da igreja católica frente ao homossexualismo

Na tradicional interpretação da Igreja Católica, os atos homossexuais são reprovados na Sagrada Escritura, desde o Gênesis (castigo divino aos habitantes de Sodoma, de onde vem o termo "sodomia", 19, 1-11) e o Levítico (18:22 e 20:13) até as cartas de São Paulo ("paixões desonrosas", "extravios", Rom 1,26-27 e também 1Coríntios 6,9 e 1Timóteo 1,10)

Ao longo de toda a sua história, a Igreja Católica sempre se posicionou abertamente contra o homossexualismo condenando o ato sexual entre indivíduos do mesmo sexo, tal era pecaminoso e contra

as leis de Deus e da natureza. No Novo Testamento há várias citações, bem como alguns pensadores como Tomás de Aquino e Agostinho de Hipona entre outros, até os dias atuais são bases para discussões acerca da homossexualidade como algo pecaminoso.

Apesar do Vaticano rejeitar o comportamento homossexual, alguns padres pregam que se casais do mesmo sexo decidirem se unir, que seja com compaixão e respeito um pelo outro, sem sodomia, pederastia ou subjugação sexual; separando conceitualmente homo(afetividade) de homo(sexualidade). Porém, pela hierarquia católica na interpretação bíblica, tais padres acabam não sendo acolhidos ou mesmo sendo punidos por estarem em contrariedade com a interpretação bíblica do Vaticano (FOLHA ONLINE).

A Igreja Católica instrui aos seus fiéis homossexuais que pratiquem a castidade, defendendo com a máxima que os atos sexuais são contra a lei da natureza e que o ato sexual deve ser monógamo e heterossexual.

Apesar de que na Igreja católica haja uma abertura para se discutir questões relacionadas ao homossexualismo e homossexuais, ainda há um certo cuidado com certas discussões e posicionamentos.

Posicionamentos e conceitos religiosos cristãos sobre sexualidade e Deus

não mais respondiam às perguntas da sociedade, que viram suas certezas abaladas pelos eventos mundiais catastróficos. Perante a dinâmica dos acontecimentos na sociedade hodierna, o surgimento de movimentos antes escondidos e intimidados, como o movimento LGBTTQI, o feminismo, a presença cada vez mais marcante de homens e mulheres homossexuais nas famílias, comunidades, no mercado de trabalho e nas igrejas, evidenciaram que a Igreja não conseguiria se manter silente. Assim a Igreja Católica sentiu a necessidade de debater a homossexualidade, já que o debate da ética sexual geralmente tem girado ao redor de contestação às normas práticas de atividades outrora condenadas e que agora ganham aceitação da sociedade e até mesmo dentre alguns teólogos católicos da moral sexual (CAHILL, 1999).

A grande pressão de grupos fez com que Joseph Ratzinger redigisse uma carta pastoral sobre os cuidados com os homossexuais, nela apesar de reconhecer que a ciência goza de autonomia e possuem métodos próprios, reafirma que a posição moral da igreja é a mesma. O homossexualismo continua a ser visto como contrário aos princípios moral católico, mantendo assim a interpretação das escrituras, segundo a tradição da igreja.

Para Salzman; Lawler (2012), com as novas descobertas sobre a homossexualidade, não se pode congelar no tempo concepções cristalizadas, restritivas, inflexivelmente prescritivas com regras absolutas. A moral sexual católica restringe o ato sexual à estrutura do matrimônio. A moral sexual católica, portanto, se constitui “essencialmente uma moralidade conjugal”, que confina a sexualidade dentro do lar.

A igreja passou a discutir mais abertamente sobre homossexualismo, devido os vários escândalos envolvendo clero homossexuais, sendo assim não poderia ficar de fora do debate, uma vez que o nome desta instituição estava em perigo.

A bíblia e o homossexualismo

É claro, pois, que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, por sapientíssima disposição de Deus, são entre si tão relacionados e unidos, que não podem subsistir independentemente, e todos juntos, segundo o modo próprio de cada um, sob a ação de um só Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (Dei Verbum, n. 10). À luz dessas afirmações aqui se delineia sucintamente o ensinamento da Bíblia sobre a matéria (Parágrafo 5).

Evoca-se o conceito de “Lei Natural”, referindo-se a passagens bíblicas,

ressaltando a criação do homem e da mulher em um papel de complementaridade e de transmissão de vida. (Cf. Gn19,1-11; Levítico 18,22,20:13; I Cor.6:9; Rm1,18-32; I Tm. 1,10). Ratzinger (1986), ratifica que a relação sexual somente pode ser considerada lícita dentro do matrimônio, e considera imoral a pessoa homossexual. Segundo Ratzinger:

A atividade homossexual não exprime uma união complementar, capaz de transmitir a vida e, portanto, contradiz a vocação a uma existência vivida naquela forma de autodoação que, segundo o Evangelho, é a essência mesma da vida cristã. Não quer dizer que as pessoas homossexuais não sejam frequentemente generosas e não se doem, mas quando se entregam a uma atividade homossexual, elas reforçam dentro delas mesmas uma inclinação sexual desordenada, caracterizada em si mesma pelo auto complacência (Parágrafo 7).

De acordo com Salzman e Lawler (2012), o que os autores dos livros de Gênesis, Levítico, Cartas paulinas, tratados de Agostinho e todos os “seus sucessores medievais sabiam sobre sexualidade não pode ser a base exclusiva de um julgamento moral contemporâneo sobre sexualidade”. À tradição, Farley (2008), acrescenta a

CONCLUSÃO

A Igreja Católica tem enfrentado o assunto sexualidade humana e homossexualidade debaixo de muita tensão, cuidado e conflitos. O aprofundamento dos aspectos ético-morais da questão da

experiência como um importante elemento de interpretação das outras fontes. Para ela, a tradição é a experiência vivida por uma comunidade de fé ao longo do tempo, como registrada nas páginas da Bíblia.

Os romanos trocaram a verdade de Deus pela mentira, adoraram e serviram à criatura em lugar do Criador, que é bendito eternamente. Por isso, Deus os entregou a paixões degradantes: as suas mulheres mudaram as relações naturais por relações contra a natureza; os homens, igualmente, abandonando as relações naturais com a mulher, inflamaram-se de desejos uns pelos outros, cometendo a infâmia de homem com homem e recebendo o justo salário de seu desregramento." — Epístola aos Romanos, 1:26-27

Ratzinger (2003), conclui que as práticas homossexuais constam dentre um dos pecados graves contra a castidade, ressaltando que baseados em versículos da Bíblia, os Pais da Igreja do I século e a Tradição também consideram as relações homossexuais “graves depravações”.

homossexualidade ainda em meio a um processo de progressivo esclarecimento.

A pesada marginalização e desprezo a que a homossexualidade foi submetida por séculos e séculos era um fenômeno cultural mais vasto que a Igreja. Esta, no entanto, esteve diretamente envolvida na milenar

opressão coletiva exercida sobre o grupo homossexual. Nos espaços mais restritos da vida religiosa, observou-se, ao longo dos séculos, o mesmo fenômeno da repressão homossexual, reforçado pelo absoluto monosexismo dos claustros.

Atualmente percebe-se que às concepções e definições esboçadas a respeito da homossexualidade, tem uma vasta diversidade de proposições, que

REFERENCIAS

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis, Vozes, 1993.

CDF – Congregação para a Doutrina da Fé. “Declaração sobre alguns pontos de ética sexual”. In: SEDOC, vol. 8, No. 91, 1976.

CDF – Congregação para a Doutrina da Fé. “Carta aos Bispos sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais”. In: SEDOC, vol. 19, No. 99, 1987.

CDF – Congregação para a Doutrina da Fé. “Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais”. In: SEDOC, vol. 36, No. 300.

FARLEY, M. *Just love: A framework for Christian sexual ethics*. London. New Delhi. New York .Sydney: Bloomsbury, 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. v.1. 17a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

intercalam discursos religiosos e científicos na tentativa de desqualificar as relações homoafetivas e, logo, cercear os direitos desta população.

A igreja mesmo se abrindo ao discurso, ainda mantém a postura de pregada no catecismo. A religião não condena os homossexuais, condena o ato sexual em si, a partir do pensamento que o ato sexual é apenas para procriar.

_____. *História da sexualidade. O uso dos prazeres*. v. 2. 11a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOLHA ONLINE. *Arcebispo da PB suspende padre petista por defender camisinha*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/02/510060-arcebispo-da-pb-suspende-padre-petista-por-defender-caminsinha.shtml>>. Acesso em 08 de fev. 2020.

PEREIRA, Aldo. *Vida Intima - Enciclopédia do amor e do sexo*. Abril Cultural, 1981, Vol.

SILVA, A. J. *Um olhar das religiões sobre a sexualidade*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>. Acesso em 08 de fev. 2020.

ZELDIN, T. *Uma História Intima da Humanidade*, 3. Ed., Rio de Janeiro: Record, 1997.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

INCLUSÃO ESCOLAR: O SURDO E SUAS LIMITAÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Léa Karla Carvalho Palmeira Barros*¹

*Flávia Barboza Ferreira*²

*Francyne Pedrosa da Silva*³

*Rubiana de Gusmão Moreno da Rocha Omena*⁴

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir alguns aspectos relacionados à inclusão educacional, apresentando estudos publicados sobre o tema no período de 2015 a 2019 no ensino fundamental, e mostrar a forma pela qual esse assunto tem sido tratado no contexto social. Reúne no texto concepções de inclusão educacional, ensino regular, inclusão escolar, termos que se complementam, entendidos como um processo de reconhecimento do direito à escolarização das pessoas portadoras de deficiência auditiva, preferencialmente no ensino regular. Tem por objetivo analisar publicações acerca da importância da inclusão educacional no processo de ensino aprendizagem do surdo, através do método de revisão bibliográfica exploratória-descritiva, de caráter quanti/qualitativo, coletando bibliografias publicadas sobre o tema do estudo proposto. O estudo mostra pontos importantes da legislação sem abrir mão da constante melhoria da acessibilidade.

Palavras-chave: Inclusão educativa. Surdo. Ensino fundamental. Professor.

Submetido em março de 2020 e aceito em maio de 2020.

¹ Especialista em Psicopedagogia, graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário CESMAC (2004).

² Especialista em Neuropsicologia, Língua Portuguesa e Literatura. Licenciada em Pedagogia. flaviaferreirababoz@gmail.com.

³ Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico: Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar. Licenciada em Pedagogia. francynepedrosa@outlook.com.

⁴ Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. rubianaomena@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Quem tem filho especial sabe: é um desafio encontrar escolas na rede regular de ensino, capacitadas e habilitadas para receber alunos com necessidades especiais. É importante ressaltar que antes de se praticar a inclusão, necessariamente se praticou a exclusão. Dessa forma, tão importante quanto praticarmos efetivamente a inclusão, é deixarmos de praticar a exclusão.

Como a maioria das escolas não estão fisicamente adaptadas, por exemplo, para receber uma cadeira de rodas seja pela falta de rampas de acesso, seja pela falta de elevador, seja pela falta de banheiros adaptados, necessariamente está se praticando sim a exclusão, pois o aluno com deficiência não tem como acessar e se movimentar dentro do ambiente escolar. Este é um exemplo de uma pessoa cadeirante é tão “clássico” quanto o para o público surdo que será o alvo deste trabalho. Como é que um aluno surdo pode desenvolver capacidades físicas, intelectuais e até mesmo emocionais sem poder interagir com os colegas de sala e, principalmente, os professores?

Precisamos entender que estamos no mundo diversos, onde temos pessoas com necessidades diversas, entre eles pessoas com necessidades especiais, que precisam ter a capacidade de acessar a escola. Antes

de adentrar o assunto da educação inclusiva, ou seja, a educação dentro da sala de aula, é necessário ampliar o olhar e enxergar os alunos e alunas com necessidades especiais, e garantir que eles consigam chegar à sala de aula.

Uma vez que o aluno consiga acessar a sala de aula, o meio que ele vai estudar, deparamo-nos com uma outra questão: reclamação com relação à falta de capacitação dos professores e do quadro dos funcionários em geral de lidar com esses alunos. Alguns podem perguntar: mas não existem instituições preparadas para receber pessoas surdas ou que tenha outra necessidade especial? Pois bem, dessa maneira entramos numa outra questão: o Plano Nacional de Ensino, também conhecido como PNE, que traz na meta 4 a universalização para estudantes com algum tipo de deficiência ou transtorno, e que as escolas garantam um sistema educacional inclusivo e especializado.

Em escolas que praticam efetivamente com a inclusão escolar, vê-se um trabalho em conjunto entre aluno, a família do aluno, os professores, os diretores e outros profissionais, todos participando para que se possa criar um plano de educação para a criança. É possível praticar a inclusão escolar de forma efetiva com resultados satisfatórios.

A integração escolar estimula o desenvolvimento das crianças de forma geral e não é diferente junto às crianças com necessidades especiais, atua como função inclusora e terapeuta, além de estimular convivência com a diferença não apenas para as crianças com necessidades especiais, mas, também, para os demais que convivem com essa criança porque atualmente temos um debate amplo na sociedade relativo à inclusão, relativo à diversidade. A realidade é que uma pessoa que é diferente, por ter necessidades especiais, igualmente tem todo o direito de conviver em qualquer ambiente que queira, assim como como qualquer outra.

Este trabalho tem por objetivo analisar publicações acerca da inclusão educacional no processo de ensino

METODOLOGIA

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica exploratória-descritiva, de caráter quanti/qualitativo e que consiste em buscar bibliografias publicadas sobre o tema do estudo proposto, tendo a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto (MARCONI E LAKATOS, 2010; RODRIGUES, 2011). A pesquisa bibliográfica faz uso da leitura, da seleção e do fichamento para interesse do desenvolvimento da pesquisa em pauta,

aprendizagem do surdo nos períodos de 2015 a 2019 no Brasil. Os objetivos específicos são: Identificar concepções da inclusão educacional; identificar as dificuldades encontradas pelos professores da escola em relação ao processo de alfabetização e inclusão desenvolvido com seus alunos surdos; mostrar os direitos à inclusão educacional por parte de alunos com necessidades especiais.

A princípio, trataremos sobre a Educação Inclusiva e o Plano Nacional de Educação; em seguida, os tópicos: Inclusão Educacional e Deficiência Auditiva e Quem é o surdo? Por fim, a descrição do percurso metodológico, a apresentação dos resultados e discussão, as considerações finais e as referências.

buscando conhecer e coletar contribuições científicas acerca do assunto falado.

A vivência como coordenadora pedagógica da Escola Cecília Meireles, em Maceió, impulsionou a pesquisar sobre a importância da Inclusão Educacional no ensino fundamental, com ênfase no público surdo. Efetuamos uma investigação das publicações acadêmicas online que tenham por temática abordada a educação inclusiva do surdo no ensino fundamental. Em seguida, elaboramos uma tabela com os trabalhos selecionados, com: Categoria, Título, Nome, Ano e Periódico do material

no período de tempo de cinco anos, 2015 a 2019, no Brasil e em diferentes áreas da ciência.

A princípio, os artigos foram pesquisados em plataformas online captados de periódicos indexados de cunho acadêmico, de modo particular, utilizamos o Google Acadêmico, as publicações do site Scielo e a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Em seguida, foram escolhidos os que correspondiam aos anos 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Muitos foram os materiais encontrados a respeito da morte e o processo de morrer; sobre a ciência da tanatologia, poucos foram achados. Nas referências consta o uso de quarenta e nove trabalhos para fundamentação teórica deste, divididos entre artigos, manual, capítulos de livros, monografias e teses.

Tabela 1 - Detalhamento das etapas da revisão bibliográfica.

Etapa	Cada etapa	Detalhes
1 ^a	Tema	Inclusão educacional: o surdo tem lugar no ensino fundamental?
	Pergunta norteadora	De acordo com as leis e a realidade vigente, o surdo tem lugar no ensino fundamental?
	Objetivo geral	Analisar publicações acerca da importância da inclusão educacional no processo de ensino aprendizagem do surdo.
	Objetivos específicos	Identificar concepções da inclusão educacional; Identificar as dificuldades encontradas pelos professores da escola em relação ao processo de alfabetização e inclusão desenvolvido com seus alunos surdos; Mostrar os direitos à inclusão educacional por parte de alunos com necessidades especiais.
	Descritores	Inclusão educacional, Inclusão escolar, Deficiência auditiva, Plano Nacional de Educação.
	Desenvolvimento teórico e referências	Google Acadêmico, site Scielo, base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDOT) e livro.
2 ^a	Coleta de dados	Novembro e dezembro de 2019.
	Critérios de inclusão	Publicações entre 2015 e 2019, contendo a expressão de busca no “Título”, “Assunto” e “Resumo”, com acesso ao texto completo sobre Inclusão Educacional e/ou Inclusão Escolar voltada ao público surdo.
	Critérios de exclusão	Publicações que não contemplam a Inclusão Educacional, Inclusão Escolar, Escola Regular para o surdo.
3 ^a	Número de publicações encontradas	61
	Número de publicações incorporadas	34
	Número de publicações descartadas	27
4 ^a	Temáticas contribuintes obtidas nas publicações	Garantias do direito à inclusão educacional; Reflexões a respeito da inclusão Direitos instituídos no Plano Nacional de Educação; Processo escolar do aluno incluído
5 ^a	Análise e produção do trabalho	Resultado e discussão
6 ^a	Publicação	Conclusão deste trabalho

Tabela 2 - Lista a categoria e os títulos dos artigos analisados, seus autores, o ano da publicação e o periódico em que foram publicados.

Categoria	Título	Autor	Ano	Trabalho	Instituição
Educação	Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades	Calheiros	2019	Tese	UFSCAR
	As concepções dos professores a respeito da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: uma discussão em grupo	Caetano	2019	Dissertação	UNIPAMPA
	Inclusão escolar na perspectiva docente: a realidade do Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas municipais de Uruguaiana/RS	Teixeira	2019	Dissertação	UNIPAMPA
	Formação continuada do gestor escolar: instrumento facilitador no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas estaduais de Uberaba	Marcelino	2019	Dissertação	UFJF
	Educação especial e educação integral: um estudo de caso sobre as interfaces em uma escola pública	Dill	2019	Dissertação	UFRGS
	Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental	Nascimento	2019	Dissertação	UFG
	Pedagogia na UFS: o lugar da educação inclusiva numa realidade excludente	Oliveira	2019	Dissertação	UFS
	Educação inclusiva em um município do interior goiano: análise de um percurso	Miranda	2019	Dissertação	UFG
	Formação de professores de matemática e o ensino de matemática para estudantes surdos: reflexões acerca da educação inclusiva	Silva	2019	Dissertação	UFPE
	Currículo e diferença na educação especial em uma perspectiva inclusiva	Pio	2018	Dissertação	UFG
Contribuições do pacto nacional pela alfabetização	Ávila	2018	Tese	UFSM	

na idade certa na formação de professores para atuar na perspectiva inclusiva				
Compondo sentidos sobre a inclusão do aluno surdo: as percepções dos sujeitos envolvidos no processo	Kikuichi	2018	Dissertação	UFTM
Gestão escolar e educação inclusiva: articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino regular	Flores	2018	Dissertação	UNESP
Práticas pedagógicas do professor de história de ensino médio em turma regular com a presença de aluno surdo	Perales	2018	Dissertação	UFG
A cultura da escola inclusiva na perspectiva dos alunos surdos	Morás	2018	Dissertação	UNIOESTE
Tenho um aluno surdo: aprendi o que fazer!	Machado	2017	Dissertação	UNB
Educação de surdos: estudo bibliométrico de teses e dissertações (2010-2014)	Ramos	2017	Tese	UFSCAR
O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva de professores	Bomfim	2017	Dissertação	UFVJM
A inclusão educacional do sujeito surdo: direito garantido ou reprimido?	Ruzza	2016	Dissertação	PUC-SP
Interações da criança surda em escola comum	Franzoi	2016	Dissertação	UCS
A interação social dentro de uma escola com perspectivas inclusivas: análise do ensino de Ciências para alunos surdos	Hencklein	2016	Tese	UNESP
A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas	Jesus	2016	Dissertação	UEMS
Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e de aprendizagem	Ziesmann	2015	Dissertação	UNIJUÍ

	Investigação matemática em sala de aula: uma proposta para a inclusão do aluno surdo no ensino regular	Santos	2015	Dissertação	IFG
	Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva.	Papa <i>et al</i>	2015	Artigo	PUC-SP
	As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental	Konkel <i>et al</i>	2015	Artigo	PUC-PR
Ciências Humanas e Sociais	Políticas para Educação Inclusiva no Município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais.	Lourenço	2019	Dissertação	UNESP
	O surdo na perspectiva inclusiva: acesso, permanência e êxito no ensino (?)	Reis	2019	Tese	UNESP
	A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: políticas públicas na visão dos professores	Martins	2018	Dissertação	UNESP
Filosofia	Biopolítica e educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo	Matos	2019	Dissertação	UNESP
Letras	Práticas pedagógicas na educação de surdos: análise crítica do discurso de professores da educação básica	Silva	2017	Dissertação	UFS
	Surdez, linguagem e educação: quem ouve o sujeito surdo?	Siqueira	2015	Dissertação	UFAM
História	Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas	Santos	2018	Dissertação	UFRJ
Linguística	O letramento do aluno surdo na escola regular: perspectivas e desafios	Sena	2017	Dissertação	UFPB

Fonte: autoria própria.

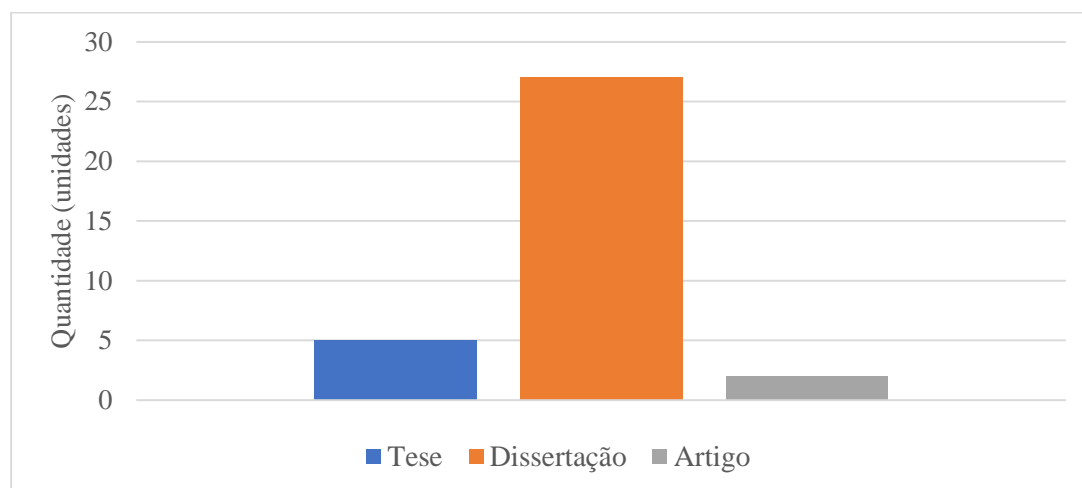
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizamos uma pesquisa para encontrar artigos com as seguintes temáticas: escola inclusiva e inclusão escolar, ambas voltadas ao público surdo. Foram encontradas mais de 100 publicações, a maioria no modelo de dissertação e tese. Os resumos e as palavras-chave de todos foram lidos para critério de seleção. Dessas mais de 100 publicações

encontradas, 34 correspondiam ao padrão desta pesquisa, sendo colocadas na tabela acima. Os demais artigos foram descartados porque não satisfaziam os descritores desejados para a pesquisa.

Das 34 publicações selecionadas sobre inclusão educacional e/ou inclusão escolar que tocasse na questão do público surdo são: 5 teses de doutorado, 27 dissertações de mestrado e 2 artigos.

Figura 1 – Quantidade das publicações coletadas.

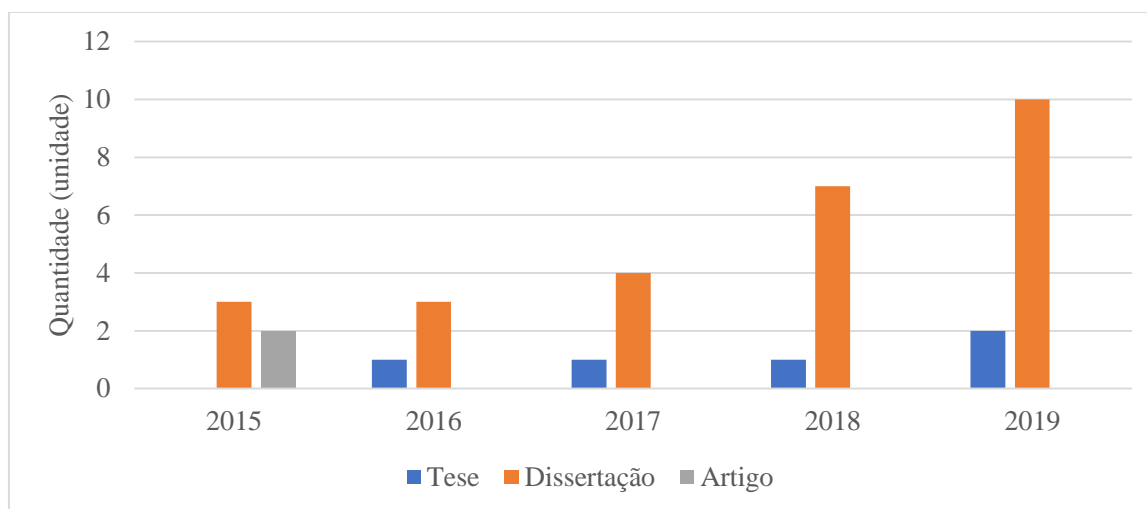


Fonte: autoria própria.

Observamos, na Figura 2, um alto índice de publicações no modelo de dissertações de mestrado acadêmico. Em contrapartida, quanto às teses de doutorado,

verificamos um pequeno acréscimo, contudo, menor ainda foram as publicações de artigos encontradas.

Figura 2 – Quantidade de publicações por ano



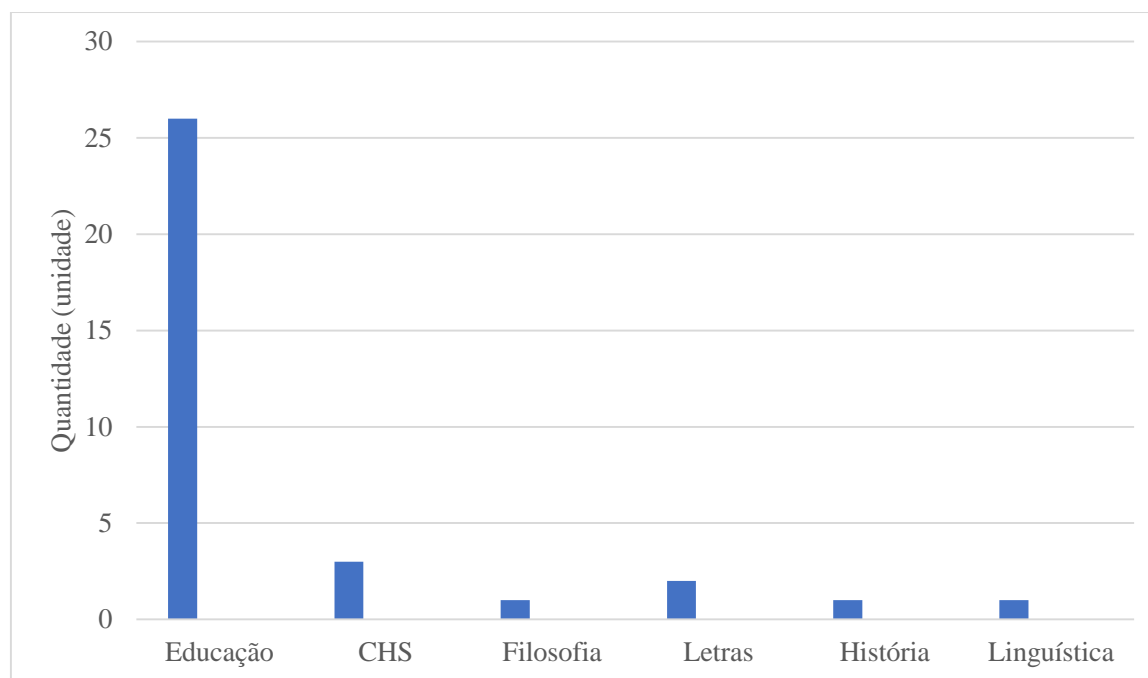
Fonte: autoria própria.

Organizando na ordem crescente, observamos que em 2015 o número de artigos publicados aparece, foram 2, porém, dissertações de mestrado foram publicadas 3; nenhuma tese de doutorado foi encontrada. Em 2016, uma tese de doutorado foi encontrada e 3 dissertações de mestrado. Em 2017 o número de tese de doutorado publicada continua com o mesmo número do ano anterior, mas a quantidade de dissertações de mestrado alcança mais um número e sobe para 4. Em 2018 a publicação de tese de doutorado é de uma, em três anos seguidas, entretanto, o número de dissertações de mestrado

continua subindo, dessa vez com o número de 7 publicações. Em 2019, 2 teses de doutorado são publicadas e as dissertações de mestrado aumentam ainda mais, sobe para 10. De 2016 a 2019, não encontramos nenhum artigo que se enquadrasse como requisito temático para este trabalho.

Na pesquisa, atentamos também às categorias das publicações inclusas na Tabela 1. Desse modo, encontramos nas publicações selecionadas as seguintes áreas: Educação, Ciências Humanas e Sociais (CHS), Filosofia, Letras, História e Linguística.

Figura 3 – Quantidade de publicações de acordo com as categorias científicas.



Fonte: autoria própria.

A Figura 3, acima, mostra o recorde da Educação em publicações acadêmicas acerca da temática da inclusão de alunos na educação, contando com alunos surdos, que mais publicou nesses últimos 5 anos, entre teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos. A saber: foram 26 publicações da categoria Educação; 3 da área das Ciências Humanas e Sociais; 1 da área da Filosofia; 2 da área de Letras; 1 da área da História; e 1 publicação da área da Linguística. Não incluímos na pesquisa artigos da literatura internacional porque nos propomos apenas coletar e analisar os estudos publicados no Brasil.

Com isso, mostramos que existem cada vez mais pesquisas e publicações pautadas na realidade da educação inclusiva. Uma vantagem que pode ajudar

na formação dos profissionais em como saber lidar com alunos especiais, não especiais, pais e até outros profissionais, formando assim uma rede de apoio educacional para todos que contribuem para o desenvolvimento integral da escola.

Educação inclusiva e o plano nacional de educação

É uma modalidade de educação existente que introduz alunos com deficiência ou transtorno, ou com elevadas habilidades em escolas de ensino regular. A diversidade sugerida pela escola inclusiva é de participação para todos. Embora a modelo não esteja presente na maior parte das escolas, as que possuem apresentam resultados positivos: de um lado estão os alunos com deficiência, que usufruem de uma escola preparada para ajudá-los com o

aprendizado; do outro, os demais alunos que aprendem a conviver com as diferenças de forma natural, a desenvolver o sentido de entreajuda e o respeito.

Antes do ano de 2003, o sistema educativo brasileiro seguia duas vertentes: a Escola Especial e a Escola Regular. A primeira, era para alunos com deficiências ou transtornos cognitivos-emocionais, ou, ainda, com altas habilidades; a segunda era o oposto, nenhum dos seus alunos tinha algum tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades. A educação inclusiva no Brasil foi uma implementação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) em 2003.

O Plano Nacional de Educação (PNE) atual integra os alunos que antes iriam para a escola especial à escola regular, eliminando barreiras nas escolas e construindo o acesso de pessoas com deficiência no ensino regular, congregando o segregado:

“A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais”. (MONTAN, 2006, p. 16).

A Lei N° 13.005/2014 aprovada, no PNE, é composta por vinte Metas, cada uma possuindo estratégias. De forma direta sobre a rede regular de ensino, expõe a Meta

4 (PNE, 2014): Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias (transcritas):

“4.1) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e

fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à

continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14) definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15) promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.16) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.” (PNE, 2014):

Segundo as informações acima transcritas do site do MEC, a educação inclusiva deve abarcar todos os níveis de escolaridade (Educação infantil – Ensino superior) e dispõe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para capacitar os professores e os alunos quanto à utilização da metodologia.

Vale ressaltar que a escola especial não caiu em extinção. É nela que os alunos dispõem do AEE como complemento e apoio ao ensino regular, sempre que preciso, sem que seja uma troca à escola regular. Assim, a educação especial deixa

de ser substituta e passa a ser um modo complementar, sem deixar de existir.

- Alguns recursos são primordiais para o desenvolvimento do ambiente educacional dos quais os alunos podem dispor, de acordo com as suas respectivas deficiências:
- Deficiência visual e auditiva: linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização (ex: Braille, LIBRAS).
- Deficiência intelectual: mediação para desenvolver estratégias de pensamento (ex.: comunicação alternativa).
- Deficiência física: adequação do material escolar e do ambiente físico (ex.: cadeiras, tecnologia assistiva).
- Transtorno do espectro autista (autismo): abordagens diferentes para adequação e orientação do comportamento (ex.: comunicação alternativa).
- Altas habilidades: aumento dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdo.

O público-alvo do Plano Nacional de Educação (PNE) quanto à educação inclusiva, são os alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), com transtorno do espectro autista e com altas habilidades (superdotados).

No que diz respeito às normativas escritas da inclusão no setor da educação, o discurso elaborado é positivo, motivacional e esperançoso, contudo, a prática há uma falha no processo inclusivo de qualidade. O desenrolar dessa realidade, na maioria das cidades, está engatinhando, no início, e assim mesmo há resistência para colocá-lo na dinâmica escolar, pois é mais cômodo negar a realidade ao invés de aceitar responsabilidades para a escola incluir todos os alunos.

Inclusão educacional e deficiência auditiva

Sabemos que ainda é polêmico falar sobre inclusão educacional nos mais diferentes públicos, incluindo, principalmente, o familiar e o escolar, lócus das diferenças. Embora nas políticas educacionais, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, Capítulo V, art. 60, parágrafo único, do Governo Federal, estabeleça “como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino” (BRASIL, 2017, p. 41), a segregação é uma realidade dura de lidar, pois, além de existir fora de casa, ela habita também o ambiente familiar por medo do desconhecido. São pais e cuidadores que

evitam levar a criança ao ambiente escolar regular com receio de que elas sofram algum preconceito ou até descuido e venha a se machucar física ou emocionalmente. Concomitantemente, há escolas que ignoram a inserção de alunos com deficiência por falta de verba para atender às requisições impostas à realidade de cada um ou por falta de preparo físico e profissional.

Ainda na LDB, no 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Capítulo III, art. 4, inciso III, afirma ser dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. De modo inclusivo, o capítulo 5 da Lei supracitada fala dos aspectos referentes à Educação Especial

Inclusive, o Capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à educação especial na rede regular. A saber:

“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1o Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços

especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3o A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.” (BRASIL, 2017, pp. 39-41).

Entre os pontos especificados do art. 58, o § 1º (BRASIL, 2017) deixa claro às escolas regulares que, quando necessário, tem que existir suporte especializado de apoio para atender às necessidades de cada aluno especial. Exemplificando: se em uma sala regular um aluno surdo, que necessita de um professor/acompanhador que conheça ou domine a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a escola deve fornecer esse profissional capacitado para auxiliá-lo nas disciplinas.

Atualmente é comum ver alunos com necessidades especiais frequentando escolas de ensino regular da rede pública,

mas, ainda mais, na rede privada, tornando-se participantes da grande rede de inclusão educacional, importante para que, independente da deficiência e do nível de comprometimento, na classe regular os alunos possam ter um desenvolvimento intelectual, físico e social.

Mostra-se um avanço significativo, pois jovens viviam excluídos do meio social, não tendo oportunidade de estimular a consciência e o corpo, tendo ofuscado o direito de desenvolvimento psicomotor, tendo, ainda, o direito de convívio negligenciado. Vivia à margem da sociedade, mas, em alguns casos, sufocado com a superproteção dos seus pais ou cuidadores; ainda pior, quando eram rejeitados ou maltratados por não serem compreendidos e cobrados por coisas que, diferentes de outros, não tinha condições de fazer.

Contudo, para que a inclusão escolar de fato aconteça, os professores precisam estar preparados para lidar com qualquer tipo de situação. O art. 59, da LDB, inciso III (BRASIL, 2017), diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p. 40).

Porém, a realidade é outra, não é o que Silva e Retondo (2008) apud Bueno (1999), relatam ao verificar que:

“de um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.” (SILVA E RETONDO, 2008, p. 28 apud SOUZA, 2018, p. 7).

Torna-se urgente que os profissionais estejam qualificados e que, assim como para a inclusão na escola seja desde o início, desde o fundamental, então que para os profissionais a qualificação seja desde o início do curso para que recebam preparos de como lidar com os casos de crianças com necessidades especiais. Assim, estudantes em formação, e os já formados, estejam “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolares” (SILVEIRA E SOUZA, 2011, p. 37).

Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a

presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA E SOUZA, 2011, p. 38). Ainda mais quando se trata de professores da disciplina de Química, pois a dificuldade é maior para construir conhecimento e passar as informações para os alunos surdos¹⁰, porque a Química contém uma linguagem específica, que muitas vezes não tem como ser traduzida para LIBRAS.

O resultado é que mesmo estando em sala de aula, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos, ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos.

Quem é o surdo?

A inclusão escolar é uma evolução que busca aprimoramento conforme as necessidades do aluno surdo e a determinação de leis e diretrizes, e a escola é responsável por passar por um processo de readaptação estrutural e educacional para receber o aluno surdo e auxiliar no seu desenvolvimento escolar.

“A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas se refere a uma reflexão mais ampla da sociedade, buscando formas de melhor se relacionar com sujeitos de outra cultura, que falam outra língua, que professam outra fé religiosa, entre outros. Trata-se de um tema muito debatido atualmente e que busca refletir sobre formas adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade

cultural do outro, sem restrição ou exigência de adaptação às regras do grupo majoritário. Trata-se de uma discussão sobre os modos de convivência dos grupos humanos nas suas diferenças que não é simples e que não se mostra ainda bem resolvida, seja na esfera política, religiosa, econômica ou educacional.” (CAD. CEDES V.26 N.69 CAMPINAS MAIO/AGO. 2006 apud MARILENE E MEYER, 2016, p. 8).

É primordial sabermos sobre o aluno surdo para melhor desempenho de trabalho com ele. Segundo Marilene e Meyer (2016), “o aluno surdo é aquele sujeito cujo sentido auditivo apresenta perda considerada dentro da escala de normalidade, sendo classificada em grau de perda leve, moderada, severa e profunda” (p. 28). A surdez está ligada a uma questão linguística, cultural e biológica, no entanto, a pessoa surda se identificam e se caracterizam muito mais por uma questão indenitária de uso da língua de sinais do que propriamente por uma questão de perdas auditivas. Para Luz:

“A surdez é um importante componente do conjunto corpóreo a partir do qual as pessoas que vivem essa condição buscam realização psicossomática como seres únicos, se singularizam, podem adquirir uma língua plena e, comumente – no

CONCLUSÃO

A educação inclusiva no Brasil está caminhando a passos lentos, sabemos a importância do investimento de recursos financeiros e legislativo do governo. Contudo, a partir do que foi exposto, vemos a necessidade de um contínuo

sentido relacional –, são comprometidas/tratadas pelos que estão a sua volta – e dos quais dependem. Os surdos são, antes de tudo, uma minoria sensorial. Ser minoria linguística – como legitimamente muitos deles lutam para ser reconhecidos – deriva do fato de serem significativamente diferentes do ponto de vista sensorial, com consequências não só para a questão de um idioma mais experienciável, mas também para seu modo de ser no mundo.” (LUZ, 2013, p 18).

Tendo conhecimento sobre quem é o aluno surdo, diminui a dificuldade de trabalhar com ele, é por isso que:

“É necessário conhecer quem são esses sujeitos, quais suas especificidades, pois há algumas pessoas surdas que falam e fazem leitura labial muito bem outras comunicam - se através de mímicas, outras por língua de sinais e algumas usam sinais e oralização em situações diferentes – são os surdos bilíngües. Por trás de cada um desses contextos, há um histórico sociocultural que precisa ser levantado para que se tenha a clareza do ponto de partida e do percurso educacional adequado a característica desses sujeitos.” (BRASIL, 2014, p. 29).

O surdo é privado da exposição pela falta de audição e, devido a isso, o desenvolvimento fica em desvantagem. Sua capacidade de aprender é impraticável bem na partida.

aprimoramento de publicações de estudos científicos sobre a inclusão de alunos especiais nas escolas, e, por parte dos professores, uma atualização formativa continuada, afim de sanar os pontos decadentes da forma de lidar com alunos com necessidades auditivas.

Para aprimoramento do processo de integração dos alunos surdos com os profissionais competentes de uma escola, é importante a inclusão da LIBRAS para que o aluno se sinta parte da sala, de um grupo, construindo sua identidade a partir da relação com os outros, participando ativamente das atividades propostas, isso tudo para que ele seja parte do convívio escolar.

Caso contrário, a interação do aluno surdo será comprometida ou limitada quando mantém contato apenas com o intérprete, onde poderia interagir com mais pessoas quando a educação de LIBRAS, como meio de comunicação, passa ser vivida pelos outros alunos na mais nova série escolar aos funcionários da escola.

Uma das principais ferramentas da espécie humana é a comunicação e “quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detalha. Se lhe negam a boca, ela fala

pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada” (GALEANO, 2002, p. 23). Temos a necessidade de nos comunicar de alguma maneira, independente da forma com que o contato será feito.

Mas, para que haja inclusão com responsabilidade e comprometimento nas escolas, com os alunos com necessidades especiais ou não, professores, funcionários, respectivos intérpretes, que existem outras ações educacionais necessárias para práticas inclusivas, não apenas no ambiente escolar, mas em todos os lugares onde há presença de surdos. Fazendo valer o que se compromete à política pública, cada um fazendo o que lhe compete, num contexto legal e moral, com o envolvimento de todos, só assim podemos dizer que a educação inclusiva está acontecendo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, C. C. *Contribuições do pacto nacional pela alfabetização na idade certa na formação de professores para atuar na perspectiva inclusiva*. Tese [Doutorado em Educação], UFSM, Centro de Educação, Santa Maria – RS, 2018, 123 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15686>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

BOMFIM, D. A. *O processo de alfabetização de surdos nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise sob a perspectiva de professores*. Dissertação [Mestrado em Educação, Cultura e Sociedade], UFVJM, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Diamantina – MG, 2017, 188 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187709>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional.* – Brasília: MEC, SEB, 2014. 48 p.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Edição atualizada em março de 2017, pp. 39-41. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em: s/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHAR COMUNESCOLARCONSTRESCOLAM ELHORINCLUSIVA.pdf> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- CAETANO, E. R. S. *As concepções dos professores a respeito da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: uma discussão em grupo.* Dissertação [Mestrado em Profissional em Educação]. UNIPAMPA, Programa de Pós-Graduação em Educação, Jaguarão, 2019, 90 p. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/4573>> Acesso em: 27/Dez. 2019.
- CALHEIROS, D. S. *Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades.* Tese [Doutorado em Educação Especial]. UFSCAR, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Paulo – SP, 2019, 205 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11292>>. Acesso em: 27/Dez. 2019.
- DILL, J. K. *Educação especial e educação integral: um estudo de caso sobre as interfaces em uma escola pública.* Dissertação [Mestrado em Educação em Ciências], UFRGS, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Porto Alegre, 2019, 106 p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194609>> Acesso em: 27/Dez. 2019.
- FLORES, A. S. *Gestão escolar e educação inclusiva: articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino regular.* Dissertação [Mestrado em Ensino e Processos Formativos], UNESP, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2018, 212 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157289>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- FRANZOI, E. B. S. *Interações da criança surda em escola comum.* Dissertação [Mestrado em Educação], UCS, Programa de Pós-Graduação, Caxias do Sul, 2016, 99 p. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1840>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços.* Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.
- HENCKLEIN, F. A. *A interação social dentro de uma escola com perspectivas inclusivas: análise do ensino de Ciências para alunos surdos.* Tese [Doutorado em Educação para a Ciência], UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2016, 250 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190779>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- JESUS, C. K. *A inclusão e escolarização dos alunos com deficiência auditiva e surdez no ensino fundamental em Brasilândia/MS: desafios, avanços e perspectivas.* Dissertação [Mestrado em Educação], UEMS, Programa de Pós-Graduação em Educação, Paranaíba – MS, 2016, 119 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190834>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- KIKUICHI, V. Z. F. *Compondo sentidos sobre a inclusão do aluno surdo: as percepções dos sujeitos envolvidos no processo.* Dissertação [Mestrado em

Educação], UFTM, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberaba, 2018, 184 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191551>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

KONKEL, E. N.; ANDRADE, C.; KOSVOSKI, D. M. C. *As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental*. EDUCERE, Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente – IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar, 2015, 15 p. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19144_8387.pdf> Acesso em: 28/Dez. 2019.

LOURENÇO, A. A. A. *Políticas para Educação Inclusiva no Município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais*. Dissertação [Mestrado em Política e Gestão Educacional]. UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca – SP, 2019, 76 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181368>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

LUZ, R. D. Os surdos. In: _____. *Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?* 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013, p. 18.

MACHADO, J. L. N. *Tenho um aluno surdo: aprendi o que fazer!* Dissertação [Mestrado em Ensino de Ciências], UNB, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Brasília – DF, 2017, 149 p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24621>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

MANTOAN, M. T. E.; PIETRO, R. G.; ARANTES, V. A. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, p. 103, 2006.

MARCELINO, R. I. F. *Formação continuada do gestor escolar: instrumento facilitador no processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas estaduais de Uberaba*. Dissertação [Mestrado em Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública]. UFJF, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Juiz de Fora, 2019, 113 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11447>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

MARILENE, D.; MEYER, V. A. A *importância da LIBRAS para inclusão escolar do surdo*. Cadernos PDE [Versão Online], volume 1, 2016, 25 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf> Acesso em: 27/Nov. 2019.

MARTINS, C. A. F. *A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: políticas públicas na visão dos professores*. Dissertação [Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas], UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca – SP, 2018, 152 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157210>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

MATOS, M. A. P. *Biopolítica e educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo*. Dissertação [Mestrado em Filosofia da Educação]. UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019, 81 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182083>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

MIRANDA, F. D. *Educação inclusiva em um município do interior goiano: análise de um percurso*. Dissertação [Mestrado em Educação], UFG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Jataí – GO,

- 2019, 125 p. Disponível em:
<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9395>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- MORÁS, N. A. B. *A cultura da escola inclusiva na perspectiva dos alunos surdos*. Dissertação [Mestrado em Ensino], UNIOESTE, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Foz do Iguaçu, 2018, 126 p. Disponível em:
<<http://tede.unioeste.br/handle/tede/3533>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- NASCIMENTO, S. S. *Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental*. Dissertação [Mestrado em Educação], UFG, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão – GO, 2019, 196 p. Disponível em:
<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9701>> Acesso em: 27/Dez. 2019.
- OLIVEIRA, L. A. *Pedagogia na UFS: o lugar da educação inclusiva numa realidade excludente*. Dissertação [Mestrado em Educação], UFS, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão – SE, 2019, 157 p. Disponível em:
<<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11403>> Acesso em:
- PAPA, F.; VIÉGAS, S. A. G.; ZAMOR, A. V. et. al. *Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva*. Boas Práticas na perspectiva da Educação Especial Inclusiva, volume 1, 2015, 9 p. Disponível em:
<http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/BoasPraticas/INCLMUDANCAOLHARCOMUNESCOLARCONSTRESCOLAMELHORINCLUSIVA.pdf> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- PERALES, H. L. *Práticas pedagógicas do professor de história de ensino médio em turma regular com a presença de aluno surdo*. Dissertação [Mestrado em Educação], UFG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal – RN, 2018, 171 p. Disponível em:
<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25803>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- PIO, D. N. A. *Currículo e diferença na educação especial em uma perspectiva inclusiva*. Dissertação [Mestrado em Educação], UFG, Jataí – GO, 2018, 110 p. Disponível em:
<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8256>> Acesso em: 27/Dez. 2019.
- RAMOS, D. M. *Educação de surdos: estudo bibliométrico de teses e dissertações (2010-2014)*. Tese [Doutorado em Educação Especial], UFSCAR, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2017, 214 p. Disponível em:
<<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8830>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- REIS, E. H. M. *O surdo na perspectiva inclusiva: acesso, permanência e êxito no ensino (?)*. Tese [Doutorado em Serviço Social], UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019, 159 p. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182306>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- RUZZA, M. L. F. *A inclusão educacional do sujeito surdo: direito garantido ou reprimido?*. Dissertação [Mestrado em Educação], PUC-SP, São Paulo, 2016, 134 p. Disponível em:
<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18841>> Acesso em: 28/Dez. 2019.
- SANTOS, M. C. C. *Investigação matemática em sala de aula: uma proposta para a inclusão do aluno surdo no ensino regular*. Dissertação [Mestrado em Educação para Ciências e Matemática], IFG, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Jataí, 2015, 154 p. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191000>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SANTOS, P. J. A. *Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas*. Dissertação [Mestrado em Ensino de História], UFRJ, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2018, 206 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190874>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SENA, F. S. *O letramento do aluno surdo na escola regular: perspectivas e desafios*. Dissertação [Mestrado em Linguística e Ensino], UFPA, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa – PB, 2017, 146 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190789>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SILVA, A. *Práticas pedagógicas na educação de surdos: análise crítica do discurso de professores da educação básica*. Dissertação [Mestrado em Letras], UFS, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão – SE, 2017, 138 p. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8202>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SILVA, R. R. *Formação de professores de matemática e o ensino de matemática para estudantes surdos: reflexões acerca da educação inclusiva*. Dissertação [Mestrado em Educação em Ciências e Matemática], UFPE, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Caruaru, 2019, 74 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34497>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SIQUEIRA, A. S. N. *Surdez, linguagem e educação: quem ouve o sujeito surdo?*. Dissertação [Mestrado em Letras], UFAM, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, 2015, 147 p. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4821>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

SOUZA, M. A. *A formação dos professores na educação inclusiva: compreender, mudar, incluir*. 4º Encontro Estadual da Associação Nacional pela Formação de Professores Seção Sergipe. 2018, 10 p. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfop/article/download/9134/3855>> Acesso em: 28/Dez. 2019.

TEIXEIRA, A. M. *Inclusão escolar na perspectiva docente: a realidade do atendimento educacional especializado nas escolas públicas municipais de Uruguaiana/RS*. Tese [Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde]. UNIPAMPA, Uruguaiana – RS, 2019, 107 p. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/4492>> Acesso em: 27/Dez. 2019.

ZIESMANN, C. I. *Práticas pedagógicas em sala de aula com surdos: implicações nos processos de ensino e de aprendizagem*. Dissertação [Mestrado em Educação nas Ciências], UNIJUÍ, Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, Ijuí – RS, 2015, 125 p. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/4986>> Acesso em: 28/Dez. 2019.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O TDAH E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA/PSICOPEDAGÓGICA

Maria José Soares Ribeiro¹
Maria das Graças da Silva²
Elisangela da Silva Santos³
Silvania Marques de Almeida⁴

RESUMO

Objetivo: Este estudo tem como objetivo reunir e buscar entender os sintomas do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, como afeta o desempenho escolar de crianças em fase de alfabetização, e destacar práticas de intervenção pedagógica/psicopedagógica eficazes descritas na literatura científica brasileira. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão sistemática integrativa da literatura indexada no período de cinco anos, de 2015 a 2020, nas Bibliotecas Virtuais BVS, Wiley e Scielo, e termos estruturados no DeCS/MeSH. Como critério de inclusão, foram considerados textos do tipo artigo original, artigo publicado em revista eletrônica da área de psicopedagogia, periódicos, artigos de revisão publicados em língua portuguesa, na íntegra, disponíveis online, os quais contivessem os termos “transtorno de aprendizagem”, “criança”, “TDAH”, aprendizagem, escola e práticas de intervenção no resumo ou palavras-chave; descrevessem sintomas, práticas de intervenção e experiências realizadas. Durante a pesquisa, verifica-se que as intervenções se desenvolvem com prevalência de práticas voltadas à estimulação de habilidades, com enfoque centrado na criança em fase de alfabetização. Como critério de exclusão, textos repetidos e que não tratavam da relação entre TDAH e o desenvolvimento de crianças. **Resultados:** Localizaram-se cerca de 15.276 publicações contendo o assunto principal, porém, após aplicação de filtros, foram selecionadas 20 publicações para este estudo. **Discussão:** A análise considera as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por crianças com TDAH, os impactos negativos para o desenvolvimento intelectual de crianças afetadas e como minimizar tais impactos. **Conclusão:** Os resultados apontam o TDAH como um transtorno sério que interfere diretamente na aprendizagem de crianças em fase de alfabetização, prolongando-se por toda a vida escolar do indivíduo e requer a adoção de práticas pedagógicas de intervenção, aliadas à psicopedagogia, e aplicadas de forma contínua, sem ignorar a necessidade de preparar os profissionais da educação visando a um desempenho mais equilibrado e justo.

Palavras-chave: Criança. TDAH. Intervenção pedagógica/psicopedagógica.

Submetido em fevereiro de 2020 e aceito em março de 2020.

^{1,2,3,4} Mestranda em Ciências da Educação (Absoulute Christian University).

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é uma necessidade gritante para os portadores de transtornos de aprendizagem. Antes de se implantarem leis específicas sobre este assunto, as crianças eram praticamente excluídas do acesso a escolas de ensino regular, restando a opção de frequentar escolas especiais, ou salas especiais em escolas públicas, o que se configurava um fator de exclusão constante para as crianças de poder aquisitivo inferior.

Segundo Maturana et al (2019), os esforços escolares na tentativa de se adaptar à atual política de inclusão nem sempre são bem sucedidos ou resultam em benefícios para a escolaridade do aluno. Isso ocorre porque existe o movimento de abrir a escola às diferenças nas suas mais variadas formas: aprendizagem, gênero, cultura, socioeconômica e toda as demais formas de diversidade, o que garante ao ser humano o direito à sua singularidade.

A respeito da problemática de uma implantação satisfatória da inclusão escolar no ensino básico, Carvalho et al (2015) definem o ato de aprender como extremamente complexo, daí a necessidade de uma abordagem interdisciplinar com o objetivo de se investigar todos os fatores envolvidos na situação (cognitivo, acadêmico, familiar, comportamental, psicomotor). Aliado a isso, está o

diagnóstico, o qual deve ser realizado de forma minuciosa.

A concretização de ações que possibilitem uma inclusão escolar adequada ainda requer maiores empenhos. Isso é refletido negativamente em especial no ensino básico, tanto em escolas públicas como em escolas privadas. Mesmo havendo respaldo para as ações de inclusão escolar em nossa Constituição, tais ações ainda se mostram um tanto ineficientes. Ainda assim, é imperativo lembrar o exposto no Art. 59, incisos I e II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (atualizada até 2018).

De acordo com o referido Artigo, não se pode impedir uma criança de ter acesso à educação, seja qual for a situação que ela apresente. A LDB é clara ao elencar as ações que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, dentre outras dificuldades (BRASIL/LDB,1996, p.41).

O presente estudo buscou reunir os sintomas mais conhecidos do Transtorno de Atenção e Hiperatividade-TDAH, e algumas intervenções pedagógicas e

psicopedagógicas que foram adotadas por escolas brasileiras objetivando a minimização das dificuldades que esse transtorno causa nas crianças. A intenção é analisar a complexidade do TDAH em crianças na fase de alfabetização, especialmente na faixa de 4 a 5 anos de idade. O diagnóstico realizado nos anos

METODOLOGIA

A metodologia apresentada obedece aos critérios de Revisão Bibliográfica, do tipo sistemática integrativa, seguindo as seguintes etapas (Quadro1) : definição do tema; seleção da(s) pergunta(s) norteadora(s) e escolha das estratégias de busca; descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações escolha dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores, das publicações, como

iniciais da vida possibilita o planejamento de um trabalho adequado ao problema, por isso a necessidade de um encaminhamento ao especialista o mais cedo possível (SILVA et al, 2016).

resumos, palavras-chave e títulos, bem como a organização dos estudos pré-selecionados e a identificação dos estudos selecionados; categorização dos estudos selecionados, com a elaboração e o uso da matriz de síntese, além da análise das informações; a formação de uma biblioteca individual e a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contempla as propostas para estudos futuros.

Quadro 1 – Detalhamento das etapas da Revisão Sistemática Integrativa:

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO
1ª	Tema	O TDAH e suas implicações no desenvolvimento de crianças: estratégias de intervenção pedagógica/psicopedagógica
	Pergunta norteadora	De que forma as práticas de intervenção pedagógica / psicopedagógica tem sido eficazes na minimização das dificuldades causadas pelo TDAH?
	Objetivo geral	Identificar as intervenções utilizadas na escola em crianças com TDAH
	Estratégias de busca	Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; Uso de aspas nos politermos (descritor com mais de um termo) para que a varredura de artigos científicos contemple o termo exato; Uso de descritores estruturados (codificação) no DeCS ou MeSH; 4.Uso de metadados (filtros) nas bibliotecas virtuais.

		5. Uso de descritores em inglês para ampliar o número de artigos.		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeCS	http://decs.bvs.br	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeCS (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		“Transtornos de Aprendizagem”; “Learning Disorders”; “Transtornos del Aprendizaje”	8037	D007859
		criança child	2694	D002648
		TDAH	1295	D001289
		TDAH AND criança AND (“intervenção pedagógica” OR psicopedagógica) ADHD AND child AND (“pedagogical intervention” OR “psychopedagogical intervention”)		
	String de busca:			
	Bibliotecas Virtuais	1. BVS;	https://bvsalud.org	
		2. Wiley;	https://onlinelibrary.wiley.com	
		4. Scielo	https://search.scielo.org	
2ª	Período de coleta de dados	Março de 2020		
	Critérios de inclusão	Textos disponíveis (free): artigos originais, Resumos, artigos de revisão, revistas eletrônicas de psicopedagogia, periódicos; Faixa etária de 4 a 5 anos de idade: crianças em fase de alfabetização e outros textos contendo esclarecimentos indispensáveis ao tema; Textos publicados nos últimos 5 anos: 2015 a 2020.		
	Critérios de exclusão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Textos que não contemplam os termos presentes na relação de palavras-chave deste artigo; 2. Textos que não contemplem as intervenções em crianças com TDAH.; 3. Textos repetidos. 		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (resumo, palavras-chave e título) e resultados, os quais devem conter os descritores utilizados neste estudo	20 (vinte)		
4ª.	Categorias obtidas com a análise dos trabalhos científicos investigados	<ol style="list-style-type: none"> 1. O papel da escola quanto à inclusão de educandos portadores de TDAH; 2. Características do TDAH; 3. A criança com TDAH: perspectivas da família e dos educadores; 4. A importância das intervenções pedagógicas/psicopedagógicas 		
5ª	Análise, interpretação e discussão dos resultados	Contidos em “Resultados e Discussão”.		

6ª	Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros	Corresponde a este artigo completo.
----	---	-------------------------------------

Fonte: adaptado de Fregadolli (2020).

RESULTADOS

A Tabela 1 corresponde ao total de virtuais BVS, Scielo, Wiley, obtidas com publicações disponíveis nas plataformas string de busca.

Tabela 1 – Publicações obtidas nas plataformas virtuais.

String de busca	Bases de dados	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática Integrativa
ADHA AND preschool AND intervention AND family school NOT medicine	BVS	15.235	8	4
	Scielo	19	15	13
	Wiley	22	7	3
	TOTAL	15.276	30	20

Fonte: adaptado de Fregadolli (2020).

Foram detectadas 15.276 publicações científicas nos bancos de dados, das quais 30 eram artigos científicos disponíveis após o uso dos filtros; desses, foram feitos 20 downloads que obedeceram aos critérios de inclusão (Quadro 2). Quanto ao ano de publicação, 02 foram publicadas no ano 2020, 02 estudos foram publicados no ano 2019; 07 foram publicados no ano 2017; 07 em 2016; 02 em 2015.

Quadro 2 – Descrição dos documentos (artigos) de acordo com os critérios de inclusão.

Nº	AUTOR(A)	TEMA	DESCRIPTORIOS	ANO	CONCLUSÃO
1	POSNER et al.	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade	Abordagens clínicas	2020	As abordagens não farmacológicas do tratamento mostraram-se menos eficazes do que se pensava anteriormente, enquanto estudos científicos e clínicos estão começando a desafiar fundamentalmente as concepções atuais das causas do TDAH de maneiras que possam ter o potencial de alterar abordagens clínicas no futuro.
2	TANNÚS-VALADÃO, MENDES	Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.	Inclusão escolar	2020	Se continuarmos a planejar o ensino desses alunos de modo independente, na classe comum e nos serviços especializados, vamos ainda produzir muitos estudos para constatar que há queixas recorrentes de que esses alunos não estão avançando no processo de escolarização, que a escolarização para eles tem apenas função de socialização, que os professores da classe comum não sabem como ensiná-los, que alunos adolescentes e adultos precisam tomar um rumo e sair da escola básica, enfim, reforçando a descrença de que a escola comum seja afinal o melhor lugar para escolarizá-los.
3	MATURANA et al.	Escolaridade de alunos com deficiência intelectual: perspectivas da família e da escola	Inclusão escolar	2019	O estudo contribui destacando que as expectativas sobre o desempenho e a aprendizagem dos alunos, bem como suas concepções sobre o que é deficiência intelectual, orientar suas percepções sobre qual seria a forma ideal de escolaridade para o aluno com DI, tanto para os profissionais da escola quanto para a família.
4	SKOGHEIM et al.	Exposição pré-natal a substâncias perfluoroalquil e associações com sintomas de transtorno de déficit de atenção / hiperatividade e funções cognitivas em pré-escolares	TDAH; Influências tóxico-ambientais	2019	Essa intervenção tem sido utilizada por inúmeros professores, da rede pública e particular de ensino, para habilitar e reabilitar crianças em fase de alfabetização, sendo aplicada em salas de aulas comuns, com todas as crianças.
5	INACIO et al.	Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do ensino fundamental	Dificuldade escolar; Postura do professor	2017	A falta de uma equipe multidisciplinar que contribua com o processo de diagnóstico faz com que alunos com dificuldade escolar sejam taxados com alterações em funções cognitivas. Tal situação é por vezes aceita pelos pais e

					pela escola por proporcionar ao aluno um atendimento educacional especializado em Salas de Recursos Multifuncionais. Dessa forma, a necessidade de tal atendimento, somada à impossibilidade que isso seja feito em Sala de Ensino Regular, dadas as condições atuais da educação, faz com que o diagnóstico seja utilizado como solução ao problema do fracasso escolar.
6	PESSOA <i>et al.</i>	Concepções de educadores infantis sobre aprendizagem e desenvolvimento: análise pela psicologia histórico- cultural.	Função do professor; Postura da família;	2017	Por fim, em um espectro mais ampliado, esta pesquisa visa contribuir no planejamento de projetos de formação e reformulação de políticas públicas para a Educação Infantil, dentre outros aspectos, pois, ao conhecermos as formas pelas quais as educadoras infantis trabalham, é possível planejar intervenções e elaborar projetos de formação continuada que condizem com a realidade desse público, contribuindo para a melhoria da Educação como um todo. Nesse sentido, é relevante ressaltar que entendemos o psicólogo como ator importante nesse processo, contribuindo tanto com aspectos teóricos como práticos ao se pensar e oferecer propostas de formação continuada para a formulação conjunta de práticas profissionais que incidam no desenvolvimento infantil de modo crítico e ampliado.
7	POZZOBON <i>et al.</i>	Renomeando o fracasso escolar	Fracasso escolar	2017	A mudança do termo fracasso escolar foi e continua a ser o desafio que este estudo propõe. Percebe-se, no entanto, que renomear o fracasso escolar não é tarefa fácil, pois implica em se opor ao desalento e transpor as dificuldades de associar sistemas com vistas a lembrar a todos a necessidade de perseverar.
8	RAMOS <i>et al.</i>	O uso de jogos cognitivos no contexto escolar: contribuições às funções executivas	Jogos cognitivos	2017	Apesar das contribuições que puderam ser identificadas, especialmente, nos atendimentos realizados e reforçadas pelos professores na avaliação feita por meio da entrevista, torna-se fundamental avaliar melhor as efetivas mudanças que ocorrem em sala de aula, procurando estabelecer relações entre as intervenções realizadas e seus efeitos sobre o desempenho das crianças nas atividades em sala de aula.
9	ROSA <i>et al.</i>	Treinamento cognitivo computadorizado em crianças e adolescentes com déficit de atenção / hiperatividade como tratamento	Dificuldades de atenção	2017	Intervenções que têm a magnitude de melhorar os sintomas de TDAH e funções executivas relacionadas, como memória de trabalho, são extremamente importantes hoje em dia, devido ao seu potencial papel

		complementar a estimulantes: estudo de viabilidade e descrição de protocolo			relevante na melhoria do desempenho acadêmico. Dado o pequeno tamanho da amostra deste estudo piloto, as conclusões sobre os efeitos do treinamento cognitivo como tratamento complementar aos estimulantes seriam prematuras.
10	SANTOS, BARRERA,	Impacto do treino em habilidades de consciência fonológica na escrita de pré-escolares.	Consciência fonológica	2017	Sugere-se, portanto, a necessidade de novos estudos que possam contemplar as limitações apontadas. Seria importante também avançar no sentido da realização de estudos de intervenção com pré-escolares que visem também ao desenvolvimento da consciência fonêmica e ao conhecimento do alfabeto, uma vez que essas habilidades têm sido apontadas pela literatura como as principais precursoras da aprendizagem da leitura e da escrita.
11	SENGIK <i>et al.</i>	Uso de software como mediador na aprendizagem da leitura: estudo de caso	TDAH; Uso de software	2017	Sugere-se que novos estudos sejam realizados, especialmente com o uso de softwares educacionais que possam auxiliar no desenvolvimento das habilidades de decodificação pressupostas pela leitura, o que permitirá constatar que muitas crianças com aparentes limitações cognitivas podem aprender a ler, desde que tenham acesso a uma mediação diferenciada e alternativa.
12	BIANCHI	Diagnósticos psiquiátricos infantis, biomedicalização e DSM: para uma normalidade?	TDAH; Diagnóstico	2016	Diagnósticos como el TDAH y el TEA ilustran que la normalización puede estar inserta también en una lógica de modulación, donde la norma a alcanzar se deduce de un juego de distribuciones diferenciales (Foucault, 2006), y no de un estándar único ni previo de normalidad, y que los parámetros contra los que se realizan las operaciones de normalización responden a una distribución puntual de factores.
13	FRANCO	Pesquisa-ação e a formação do professor em serviço	Inclusão escolar; Formação do professor	2016	Ressaltamos que apenas possuir o desejo de atuar denota uma extrema fragilidade pedagógica. Esse desejo deve se fundamentar na articulação de saberes teóricos e práticos e na reformulação desses saberes.
14	OLIVEIRA	Reflexões sobre a concretude do mundo virtual para alunos com DI	TDAH; Inclusão tecnológica	2016	Como conclusão, a pesquisa aponta para a necessidade de equilíbrio entre concreto e virtual e insiste que a dificuldade de aprendizagem seja sempre localizada no processo de escolarização do aluno e não em sua pessoa.
15	PINHEIRO, MASCARO	A Bidocência como uma proposta inclusiva	Inclusão escolar	2016	Pretendemos que os resultados da implementação do projeto, possam colaborar e incentivar a elaboração de diretrizes para o trabalho pedagógico na perspectiva da inclusão escolar com os alunos que

					possuem deficiência intelectual.
16	SCHICOTTI <i>et al.</i>	Algumas experiências profissionais acerca da construção do diagnóstico de TDAH	TDAH; Diagnóstico	2016	Pudemos perceber, no contato com os professores e outros atores da instituição escolar, a carência de recursos criativos para desenvolver as potencialidades e superar as dificuldades de seus alunos. As alternativas pedagógicas têm se resumido à culpabilização da família e encaminhamentos aos serviços parapedagógicos. Neste sentido, salientamos que este trabalho pretendeu principalmente demonstrar, por meio de nossas experiências profissionais, o quanto crianças saudáveis e inteligentes têm sido taxadas de portadoras de TDAH e medicadas desnecessariamente.
17	SILVA <i>et al.</i>	Relato de caso/Plano de Intervenção:estudante com TDAH	Aluno com TDAH; Plano de intervenção	2016	Foram dadas orientações para a escola com sugestões importantes para facilitar a aprendizagem da criança, foram elas: posicionar a criança na frente da sala, transformar textos longos em textos mais curtos sem perder a essência do que se quer trabalhar,
18	VIZOTTO <i>et al.</i>	Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde	Diagnóstico de TDAH	2016	Conclui-se que, atualmente, deve-se fomentar cada vez mais a participação de atores nos diferentes âmbitos da saúde e da educação que instiguem a problematização da expansão de diagnósticos de TDAH e do aumento da venda de medicações psicofarmacológicas na infância, o que poderá oportunizar espaços e estratégias para a criação de novas tecnologias pedagógicas de intervenção que não reduzam o sujeito a um simples rótulo diagnóstico.
19	CARVALHO <i>et al.</i>	Há relação entre desenvolvimento psicomotor e dificuldade de aprendizagem? Estudo comparativo de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dificuldade escolar e transtorno de aprendizagem	TDAH; criança	2015	As autoras chamam a atenção para a relação entre desenvolvimento psicomotor e aprendizagem e ressaltam a importância da educação psicomotora na escola desde o ensino infantil, com o objetivo de se minimizar a dificuldade acadêmica das crianças.
20	JAFFERIAN, BARONE	A construção e a desconstrução do rótulo do tdah na intervenção psicopedagógica	Intervenção pedagógica	2015	Evidencia-se, assim, a importância de os profissionais da educação e da saúde envolverem-se em uma ética, colocando-se num lugar onde possam ver o sujeito, com suas outras

				capacidades escondidas atrás do rótulo, colaborando para a desconstrução desse rótulo que o impede de ser um sujeito autônomo. Um dado importante que pode surgir deste trabalho é que o professor não se fixe tanto no sintoma e sim nas capacidades do sujeito.
--	--	--	--	---

Fonte: adaptado de Fregadolli (2020).

DISCUSSÃO

Estudar o entendimento de educadores a respeito da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, como explicado por Pessoa *et al* (2017), permite perceber como as práticas educativas são elaboradas. Destaca-se o psicólogo como “importante profissional que pode contribuir na elaboração de práticas educacionais, por meio do estudo de referenciais teóricos que auxiliam nessas práticas”. De acordo com esta teoria, o desenvolvimento humano ocorre a partir de uma visão de homem histórico, constituído ao longo do tempo nas e pelas relações e condições sociais construídas no movimento histórico e social. O pensador russo Lev S. Vigotski e seus colaboradores são os principais representantes desta abordagem (PESSOA *et al.*, 2017, p.2).

O papel da escola quanto à inclusão de educandos portadores de TDAH

De acordo com Pessoa *et al.* (2017), a escola é apontada como tendo papel fundamental na constituição do sujeito, pois deve promover a concretização da

aprendizagem dos conteúdos mais elaborados. Apresenta pesquisas como Elkonin (1969) onde se destaca que os alunos precisam dominar as funções mentais (abstração, análise e síntese, generalização etc.) “indispensáveis para formar os conceitos dos objetos e fenômenos da realidade: realizar comparações de um objeto com outro e analisar características gerais e distintas dos objetos e fenômenos”.

De acordo com Vigotski (2001), é no âmbito escolar que o aluno assume novas formações essenciais, como é o caso da tomada de consciência e apreensão, a qual incidirá em seu desenvolvimento como um todo, e possibilitará outras formas de contato com a realidade que o cerca e consigo mesmo.

Nesse contexto, Luria (2014) destaca que a criança não deve ser considerada “tábula rasa que possa ser moldada pelo professor segundo a forma que ele preferir” (p. 101), e que o papel do professor consiste em entender como os alunos conseguem aprender para que possa elaborar tarefas que estejam dentro de suas possibilidades de

aprendizagem, levando-se em conta a bagagem que cada um já possui ou as dificuldades que porventura apresentem (PESSOA *et al.*, 2017, p.2).

O questionamento de Inácio *et al.* (2017), com relação à carência de políticas públicas educacionais, direcionadas aos alunos com TDAH, aponta como consequência o hiper diagnóstico e, por conseguinte, a medicalização escolar. Ainda segundo as autoras, a falta de uma equipe multidisciplinar que contribua com o processo de diagnóstico faz com que alunos com dificuldade escolar sejam ainda mais prejudicados. Tal situação é por vezes aceita pelos pais e pela escola que oferece ao educando o atendimento em salas de recursos multifuncionais.

Dessa forma, a necessidade de tal atendimento apenas priva a criança de uma inclusão adequada, e faz com que o diagnóstico seja utilizado como solução ao problema do fracasso escolar. É preciso ir além e compreender as demandas sociais. Segundo Meira (2012) a medicalização envolve o processo de patologização dos problemas educacionais, por isso, cabe aos profissionais da educação buscar o rompimento com essa patologização, considerando as particularidades da educação e contribuindo com a escola a fim de que ela cumpra corretamente o seu papel social (INÁCIO *et al.*, 2017).

Segundo Pozzobon *et al.* (2017), a vasta literatura, ao longo dos anos, cita o

termo fracasso escolar referindo-se às dificuldades de aprendizagem (LIMA, 2014), problemas de comportamento (OSTI, BRENELLI, 2013a; OSTI, BRENELLI, 2013b), baixo desempenho escolar (GAUFFIN *et al.*, 2013; GULER, 2013; KAMTSIOS, KARAGIANNOPOULOU, 2013; ODD, EVANS, EMOND, 2013; SOPONARU, TINCU, IORGA, 2014; WILLIAMS *et al.*, 2013), distorção idade-série/ano (SILVA, 2014; SOARES, 2015), abandono escolar precoce (BERG *et al.*, 2015) ou repetência (FERRERA, LÓPEZ, RODRÍGUEZ, 2014; GRAN, NIETO, 2013; NO-CENTINI, CALAMAI, MENESINI, 2012; SOARES, ARANHA, AN-TUNES, 2013).

Apesar de bastante difundido, o termo fracasso escolar tem sido questionado, uma vez que pode trazer conotações pejorativas aos alunos, causando prejuízos sobre seu desempenho acadêmico e social ao longo da vida (KELLY, PINK, 1982). Estudos recentes ainda revelam o predomínio da tendência à culpabilização dos alunos (GULER, 2013; HJÖRNE, SÄLJÖ, 2014; OSTI, BRE-NELLI, 2013A; OSTI, BRENELLI, 2013B; PEZZI, MARIN, DONELLI, 2016; PEZZI, MARIN, 2016) e/ou suas famílias pelo baixo desempenho acadêmico ou reprovação escolar (BASTOS, FERNANDES, PASSOS, 2009; PEZZI, COLS, 2016). Tal dado reforça um perfil de fracasso, o qual pode abalar a autoestima e a autoconfiança do aluno

rotulado (MILLONES, LEEUWEN, GHESQUIÈRE, 2013; PEZZI COLS, 2016), com consequente impacto na diminuição da motivação para estudar (COSTA, LIMA, PINHEIRO, 2010; MARTINELLI, GENARI, 2009).

A contribuição de Pozzobon *et al.* (2017), ao listar as pesquisas referidas, auxilia nos questionamentos que se faz quanto à perpetuação de rótulos, os quais dificultam uma mudança de postura na realidade educacional que se vê na maioria das escolas brasileiras, especialmente as escolas públicas, onde pouco, ou nenhum empenho, tem sido feito para ampliar as estratégias de intervenção no caso de alunos portadores de TDAH.

Contribuindo com as discussões, Santos e Barrera (2017) afirmam que “a investigação no âmbito da leitura e das dificuldades encontradas na aprendizagem conduziu à identificação de competências consideradas facilitadoras da alfabetização”. Ressaltam que tais competências deveriam ser abordadas desde a Educação Infantil. Destacam que entre essas competências – referidas por alguns autores como competências de “letramento emergente” (VIANA, CRUZ, CADIME, 2014; WHITEHURST, LONIGAN, 1998, 2003) – encontram-se: a linguagem oral (vocabulário, compreensão), os conhecimentos a respeito do material impresso, particularmente do nome e som das letras, e as habilidades de consciência

fonológica, ou seja, habilidades para refletir e manipular deliberadamente os sons da língua oral.

Trabalhar com essas competências na Educação Infantil, justifica o impacto positivo na aprendizagem da leitura e da escrita, conforme atestam sólidas evidências empíricas (WHITEHURST, LONIGAN, 1998, 2003; JUSTICE, KADERAVEK *et al.*, 2009, MELBY-VERLAG, LYSTER, HULME, 2012; CRUZ, COLS, 2014; VIANA, CRUZ, CADIME, 2014; REIS, PROENÇA, MARTINS, 2015).

Santos e Barrera (2017) esclarecem que é fato amplamente reconhecido pela literatura que as crianças se beneficiam, “tanto no presente como em sua escolaridade futura, da frequência à Educação Infantil”. Os estudos mostram também que os efeitos positivos da educação infantil se correlacionam com a qualidade da educação recebida e são mais significativos para as crianças de nível socioeconômico mais baixo (CAMPOS, COLS, 2011; MELHUSH, 2013).

Ainda segundo Santos e Barrera (2017), entre os itens elencados “para a avaliação da qualidade da Educação Infantil encontra-se a estruturação do currículo em geral e, de modo mais específico, as atividades pedagógicas realizadas. Nesse sentido e, de acordo com Malta-Campos (2013), pesquisas têm sugerido que abordagens curriculares centradas na

criança são mais adequadas a crianças mais novas, entre três e quatro anos, sendo que um currículo mais estruturado é mais indicado para crianças a partir dos cinco anos (SANTOS, BARRERA, 2017, p.3-4).

Diante do exposto, destaca-se a necessidade de se considerar as interferências causadas por transtornos de aprendizagem, como por exemplo o Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH, no pleno desenvolvimento de escolares portadores desse tipo de transtorno, especialmente na fase de alfabetização de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. Quanto mais cedo intervir para minimizar

Características do TDAH

De acordo com Silva *et al.* (2016), o TDAH aparece nos primeiros anos de vida do ser humano e continua agindo durante toda a vida. Nesse contexto, ressaltam a necessidade de se fazer o diagnóstico da criança de forma multidisciplinar, sob avaliação médica, psicológica, psicopedagógica e pedagógica. Reiteram que cada profissional deverá utilizar seus próprios instrumentos de observação o que envolve realizar questionários, entrevistas estruturadas, testes de medição de resultados.

Vale ressaltar que a criança não deve ser diagnosticada com TDAH apenas pelo seu comportamento hiperativo ou impulsivo, porque os sintomas de desatenção e/ou

as dificuldades de aprendizagem apresentadas, mais rápido será o desenvolvimento das habilidades necessárias ao crescimento educacional das crianças aludidas.

Este trabalho propõe uma análise da literatura específica ao tema apresentado de forma a tornar conhecidos os sintomas identificadores do TDAH, como esse transtorno de aprendizagem interfere no aprendizado de pré-escolares e apresenta algumas estratégias de intervenção, citadas em pesquisas nessa área, de forma a proporcionar um outro olhar em torno desse assunto.

hiperatividade/impulsividade precisam ocorrer tanto na escola como na residência, além disso, devem ser constantes ao longo do período avaliado e estar presentes desde cedo na vida do indivíduo. A avaliação dos sintomas de TDAH deve incluir os aspectos: intelectual, acadêmico, social e emocional (SILVA *et al.*, 2016, p. 1).

A literatura anterior, segundo Rosa, (2017), sugere que a maioria dos pacientes com TDAH apresenta déficits em vários domínios executivos. Esse, de acordo com o autor, configura-se um sério problema porque “as funções executivas permitem que os indivíduos regulem seu comportamento, pensamentos, emoções e autocontrole. 9 Déficits nas funções executivas podem ser um dos principais sintomas do TDAH e provavelmente explicam parte dos problemas da vida diária

encontrados em crianças com esse distúrbio. 10(ROSA , 2017).

O diagnóstico do TDAH é baseado nas manifestações comportamentais dos pacientes, a partir de critérios diagnósticos determinados pelos Manuais de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais (DSM) (JAFFERIAN, BARONE, 2015).

Na escola, o professor deve ter em mente os critérios estabelecidos pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – Quarta Edição DSM-IV- Quadro3) ao identificar sintomas

de TDAH em alguma criança. Ainda assim precisa ter bastante cautela.

De acordo com Posner *et al.* (2020), o TDAH representa um construto em evolução, aprimorado e desenvolvido nas últimas décadas. Em estudo recente, Skogheim *et al.* (2019) apresentam uma abordagem bem diferente e bem mais complexa em relação ao TDAH. As causas subjacentes do TDAH, conforme os autores, são provavelmente interações entre fatores genéticos e não genéticos (FARAONE *et al.*, 2005 ; THAPAR *et al.*, 2013).

Quadro 3 - Critérios diagnósticos para TDAH segundo o DSM-IV (APA, 1994).

A	<p>Ou (1) ou (2)</p> <p>(1) Desatenção: Seis (ou mais) dos seguintes sintomas de desatenção persistiram por pelo menos 6 meses, em grau mal adaptativo e inconsistente com o nível de desenvolvimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. frequentemente deixa de prestar atenção a detalhes ou comete erros por descuido em atividades escolares, de trabalho ou outras; b. com frequência tem dificuldades para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; c. com frequência parece não escutar quando lhe dirigem a palavra; d. com frequência não segue instruções e não termina seus deveres escolares, tarefas domésticas ou deveres profissionais (não devido a comportamento de oposição ou incapacidade de compreender instruções); e. com frequência tem dificuldade para organizar tarefas e atividades; f. com frequência evita, antipatiza ou reluta a envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante (como tarefas escolares e deveres de casa); g. com frequência perde coisas necessárias para tarefas ou atividades (por ex. brinquedos, tarefas escolares, lápis, livros ou outros materiais); h. é facilmente distraído por estímulos alheios às tarefas; i. com frequência apresenta esquecimento em atividades físicas. <p>(2) Hiperatividade: Seis (ou mais) dos seguintes sintomas de hiperatividade persistiram por pelo menos 6 meses, em grau mal adaptativo e inconsistente com o nível de desenvolvimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. frequentemente agita as mãos ou os pés ou se remexe na cadeira; b. frequentemente abandona sua cadeira em sala de aula ou outras situações nas quais se espera que permaneça sentado; c. frequentemente corre ou escala em demasia, em situações nas quais isto é inapropriado (em adolescentes e adultos, pode estar limitado a sensações subjetivas de inquietação); d. com frequência tem dificuldade para brincar ou se envolver silenciosamente em atividades de lazer; e. está frequentemente “a mil” ou muitas vezes age como se estivesse “a todo vapor”; f. frequentemente fala em demasia;
---	---

	<p>g. frequentemente dá respostas precipitadas antes de as perguntas terem sido completadas;</p> <p>h. com frequência tem dificuldade para aguardar sua vez;</p> <p>i. frequentemente interrompe ou se mete em assuntos de outros (por exemplo, intromete-se em conversas ou brincadeiras).</p>
B	Presença dos sintomas por alguns anos ou sintomas hiperativo-impulsivos que causam prejuízo presentes antes dos 7 anos (aplicado apenas aos casos de TDAH tipo hiperativo/impulsivo ou combinado);
C	Algum prejuízo devido aos sintomas deve estar em pelo menos dois contextos;
D	Deve haver claras evidências de interferência no funcionamento social, acadêmico ou ocupacional apropriado em termos evolutivos;
E	Ocorrência da perturbação de forma não exclusiva durante o curso de um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Esquizofrenia ou outro Transtorno Psicótico e não é melhor explicada por outro transtorno mental, como Transtorno do Humor, Transtorno de Ansiedade, Transtorno Dissociativo ou Transtorno da Personalidade.

Ainda dentro desse panorama de sintomatologia referente ao TDAH, Schicotti *et al.* (2016) mostram que nos manuais diagnósticos da psiquiatria pode caber quase tudo: defeito no controle moral, transtorno de comportamento e de aprendizado etc. Há um excesso de sintomas diferenciados e abrangentes na descrição patológica, de modo que é muito comum confundir TDAH com outros transtornos.

Atualmente existem estudos demonstrando que a alta frequência dos diagnósticos de TDAH tende a conduzir a uma reflexão crítica do processo de avaliação e intervenção no acompanhamento de crianças e adolescentes no sistema de educação, nas práticas educativas e na família. Pesquisadores referem-se às mudanças na família, à sofisticação do sistema de comunicação e ao alto número de crianças e jovens por sala de aula como sendo alguns dos potenciais fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos

de risco, os quais podem ser precipitadamente classificados em diagnósticos psiquiátricos (JAFFERIAN, BARONE, 2015).

Tratamentos eficazes à base de medicação estão disponíveis e são amplamente utilizados, geralmente acompanhados de abordagens psicossociais complementares. No entanto, sua eficácia foi questionada porque eles podem não atender às necessidades clínicas mais amplas de muitos indivíduos com TDAH, especialmente a longo prazo. Além disso, há um sério risco de cometer erro. As abordagens não farmacológicas do tratamento mostraram-se menos eficazes do que se pensava anteriormente, enquanto estudos científicos e clínicos estão começando a desafiar fundamentalmente as concepções atuais das causas do TDAH de maneiras que possam ter o potencial de alterar abordagens clínicas no futuro (POSNER *et al.*, 2020). Para Vizotto e Ferrazza (2016), é preciso ser cauteloso em relação ao rótulo de TDAH. O excesso de

encaminhamentos ao médico pode dar à criança a sensação de inutilidade. Por isso a necessidade de família e escola caminharem juntas. Hoje, já é possível uma criança com TDAH desenvolver suas habilidades em turma de ensino regular. Existem muitas intervenções pedagógicas e psicopedagógicas que servirão de suporte a esse desenvolvimento.

Intervenções pedagógicas psicopedagógicas

Devido à importância da leitura para o crescimento educacional de crianças com transtornos de aprendizagem, é preciso fornecer várias alternativas que possibilitem à criança um suporte maior para seu desenvolvimento escolar. Os jogos, principalmente os que envolvem as tecnologias, tem um papel importante nesse processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Sengik *et al.* (2017), durante o processo de Leitura Inicial, o desenvolvimento das habilidades de decodificação pressupostas pela leitura apresenta vários aspectos que podem ser discutidos. No chamado Jogo das Letrinhas – que tem como objetivo explorar o teclado, digitando as letras e conhecendo-as através de sua associação com palavras iniciadas por elas – já foi possível analisar um dos indicadores, isto é, a identificação do signo gráfico. Nesta atividade a criança é convidada a clicar em uma letra qualquer. Por exemplo, se ela clicar na letra A, uma voz diz “eu sou o A de avião”, seguida por

uma imagem. De esse modo, esse jogo pode propiciar à criança o desenvolvimento de uma das principais habilidades exigidas pelo processo de decodificação em leitura: a correspondência letra-som.

Como já destacado por Sengik *et al.* (2017), para decodificar, a criança precisa dominar o código escrito, reconhecendo um signo gráfico por um nome ou por um som e, conseqüentemente, captar seu significado. Esses aspectos foram observados no momento em que se deu a interação do sujeito com esse jogo.

A experiência com jogos, promove a motivação da criança e seu êxito quando verbaliza uma letra e a identifica pelo nome; algo que de modo convencional, segundo informações de professores, não acontece, pois a criança fica agitada, não demonstra interesse em realizar as atividades e tampouco discrimina as letras do alfabeto. Com o uso desse software educacional e lúdico, observa-se um comportamento ativo por parte das crianças, inclusive, a capacidade de tecer comentários sobre as letras e brincar com elas também é observada, apresentando mais acertos do que erros (SENGIK *et al.*, 2017, p. 6).

Ainda na linha do lúdico, outro jogo com o qual a criança interage é o Quadro de Letras, que possibilita a escrita de diversas palavras em um quadro, usando as letras do alfabeto. Nesse jogo, outros indicadores são analisados, como a importância de valorizar o conhecimento prévio da criança, o início

do desenvolvimento da habilidade metalinguística e do vocabulário visual. A criança inicia o jogo colocando e nomeando as letras em ordem alfabética A,B, C, D. Em seguida diz que quer escrever, por exemplo, a palavra Chaves. Caso a criança queira resolver alguma dúvida em relação à alguma letra, o observador não proporciona à criança uma resposta assertiva, mas busca mediar o processo, solicitando a ela que repita em voz alta a palavra, sugerindo que busque alguma alternativa para resolver sua dúvida (SENGIK *et al.*, 2017, p.6).

Com esse estudo a respeito de jogos educativos, Sengik *et al.* (2017) demonstram que é possível analisar que a própria criança, ainda que não consiga escrever de forma correta algumas das palavras sugeridas por ela mesma, pode detectar, quando tenta ler, que não estão certas, do que se pode inferir o início do desenvolvimento de uma habilidade metalinguística (SENGIK *et al.*, 2017, p.6).

Além do exercício das habilidades

CONCLUSÃO

De posse dessas informações, é possível o professor mudar a postura, adotando um maior empenho em conseguir identificar precocemente as crianças que não estão evoluindo conforme o esperado, avaliar fatores identificados no curso do trabalho diário e elaborar ou buscar práticas pedagógicas de intervenção a fim de executar trabalho interventivo voltado para

cognitivas, Ramos et al. (2017) afirmam que o uso de jogos no contexto escolar possibilita o exercício de habilidades emocionais e sociais, uma vez que seu uso favorece a interação social e a colaboração mútua. Essas atividades lúdicas são importantes para prender a atenção de crianças com TDAH e outros transtornos de aprendizagem. É digno de nota que as barreiras de aprendizagem são reais e necessitam ser removidas, pois as dificuldades de aprendizagem não são exclusividade de pessoas com deficiência. Nesse princípio, Inácio et al. (2017) reúnem em seu estudo a literatura direcionada à conscientização de que tudo começa com a capacitação dos professores. Conforme informado por Inácio et al. (2017), as pesquisas apontam o despreparo dos professores para intervir junto aos alunos com estratégias de aprendizagem autorregulada. A explicação para tanto é a deficiência em sua formação.

as dificuldades encontradas (SCHICOTTI et al., 2016, p.2-3).

Conforme mostra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996- LDB, em seu TÍTULO II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º e Art. 3º, Incisos I e II, a criança com TDAH também é contemplada com o princípio da igualdade na aprendizagem. Pelo menos dois princípios falam do direito à educação assegurado em lei: “[...]”

igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; e “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 2018, p.10, 2ª ed.)

Quanto mais cedo o professor e a escola buscarem métodos eficazes de intervenção pedagógica e psicopedagógica, mais cedo a criança com TDAH terá chances de evoluir no aprendizado, de forma a receber, sem prejuízos, o direito que a Lei lhe concede de usufruir de uma educação inclusiva, sem a necessidade de ter que lutar por isto.

Diante do exposto, percebe-se que a

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB : *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.58. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/>> Acesso em: 10 de março de 2019;

BIANCHI, E. Diagnósticos psiquiátricos infantis, biomedicalização e DSM: para uma normalidade? Disp.<<http://revistaumanizales.cinde.org.co/rlicsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2370>> Acesso 21 de março/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.14128210715>.

CARVALHO, M.C. et al. Há relação entre desenvolvimento psicomotor e dificuldade de aprendizagem? Estudo comparativo de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dificuldade escolar e transtorno de aprendizagem. *Rev.psicopedag.* vol.32 no.99 São Paulo 2015. Disp.<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000300003> Acesso: 20 de

intervenção escolar é uma necessidade real e inadiável. Os estudos considerados aqui mostram claramente que a criança com TDAH necessita de um acompanhamento interventivo pedagógico e psicopedagógico contínuo, ao longo de sua vida escolar. Recomenda-se, portanto, a utilização das experiências pedagógicas aqui apresentadas, conforme os vários trabalhos científicos analisados, e um pensar pedagógico voltado para um trabalho democrático, livre de vícios, focado no crescimento humano, construído para o desenvolvimento escolar e social da criança.

março/2020.

FRANCO, M. A. M. Pesquisa-Ação e a formação do professor. *Journal of Research in Special Educational Needs* Volume 16 Number 1 2016 827–830 doi: 10.1111/1471-3802.1233. Universidade Federal de Ouro Preto. Disp. <<https://onlinelibrary.wiley.com/>> Acesso: 21 de março/2020.

INÁCIO, F.F. et al. Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017:447-455. Disponível em: <<https://search.scielo.org>> Acesso em 15 de dezembro de 2019;

JAFFERIAN, V. H. P & BARONE, L. M. C. A construção e a desconstrução do rótulo do tdah na intervenção psicopedagógica. *Rev. Psicopedagogia* 2015; 32(98): 118-27118. Disponível em <<https://bvsalud.org/>> Acesso em 22 de março/2020.

MATURANA, A.P.P.M. et al. Escolaridade de alunos com deficiência

intelectual: perspectivas da família e da escola. *Paidéia* (Ribeirão Preto) vol.29 Ribeirão Preto 2019 Epub 29 de ago de 2019. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2018 v. 38 (núm. esp.),60-73.<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2019000100403>Acesso: 21 de março/2020.

MONTEIRO, S. M. & SOARES, M. Processos cognitivos na leitura inicial: relação entre estratégias de reconhecimento de palavras e alfabetização. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p.449-466, abr./jun. 2014.Disp. <https://search.scielo.org/> Acesso em 25 de março/2020.

OLIVEIRA, A. T. S. Reflexões sobre a concretude do mundo virtual para alunos com DI. *Journal of Research in Special Educational Needs* Volume 16 Number s12016 936–939. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com>> Acesso em 30 de agosto/2019;

POSNER, J. et al. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. *Seminário* | volume 395, número 10222, p450-462, 08 de fevereiro de 2020. Publicado: 23 de janeiro de 2020 DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)33004-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)33004-1)> Acesso 21 de março/2020.

ROSA, V. de O. et al. Treinamento cognitivo computadorizado em crianças e adolescentes com déficit de atenção / hiperatividade como tratamento complementar a estimulantes: estudo de viabilidade e descrição de protocolo. *Tendências Psiquiatria Psychother.* vol.39 no.2 Porto Alegre abr./julho 2017.Disp. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2016-0039> Acesso 21 de março de 2020.

SANTOS, M.J. & BARRERA, S.D. Impacto do treino em habilidades de consciência fonológica na escrita de pré-

escolares. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, Número 1, Janeiro/Abril de 2017:93-102.

SCHICOTTI, R.V.O. et al. Algumas experiências profissionais acerca da construção do diagnóstico do TDAH. *Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 55-62, jan.-abr. 2016.

SENGIK, A.S. et al. Uso de software como mediador na aprendizagem da leitura: estudo de caso. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017:629-637.Disponível em: <https://search.scielo.org> Acesso em 15 de março de 2020;

SILVA; P.C.M. et al. Relato de caso/ Plano de intervenção: estudante com TDAH. *NASEN.955.Journal of Research in Special Educational Needs.* V.16, Number s12016 955–958. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com>> Acesso em 15 de março. de 2020;

TANNÚS-VALADÃO, G. & MENDES, E.G. *Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.* Universidade Federal de São Carlos, SãoCarlos/SP/Brasil.Disp.<https://doi.org/10.1590/s141324782018230076>>Acesso: 22 de março de 2020.

VIZOTTO, L. P. & FERRAZA, D. de A. Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde. *Estud. pesqui. psicol. (Impr.)* ; 16(3): 1013-1032, set.-dez. 2016. Artigo em Português | LILACS, Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos | ID: biblio-914064.ISSN 1808-4281 Rio de Janeiro v. 16n3p1013-10322016Disp.em<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/32957/23435>> Acesso em 22 de março/2020.

